Periódico
MFN 52
ex. 2

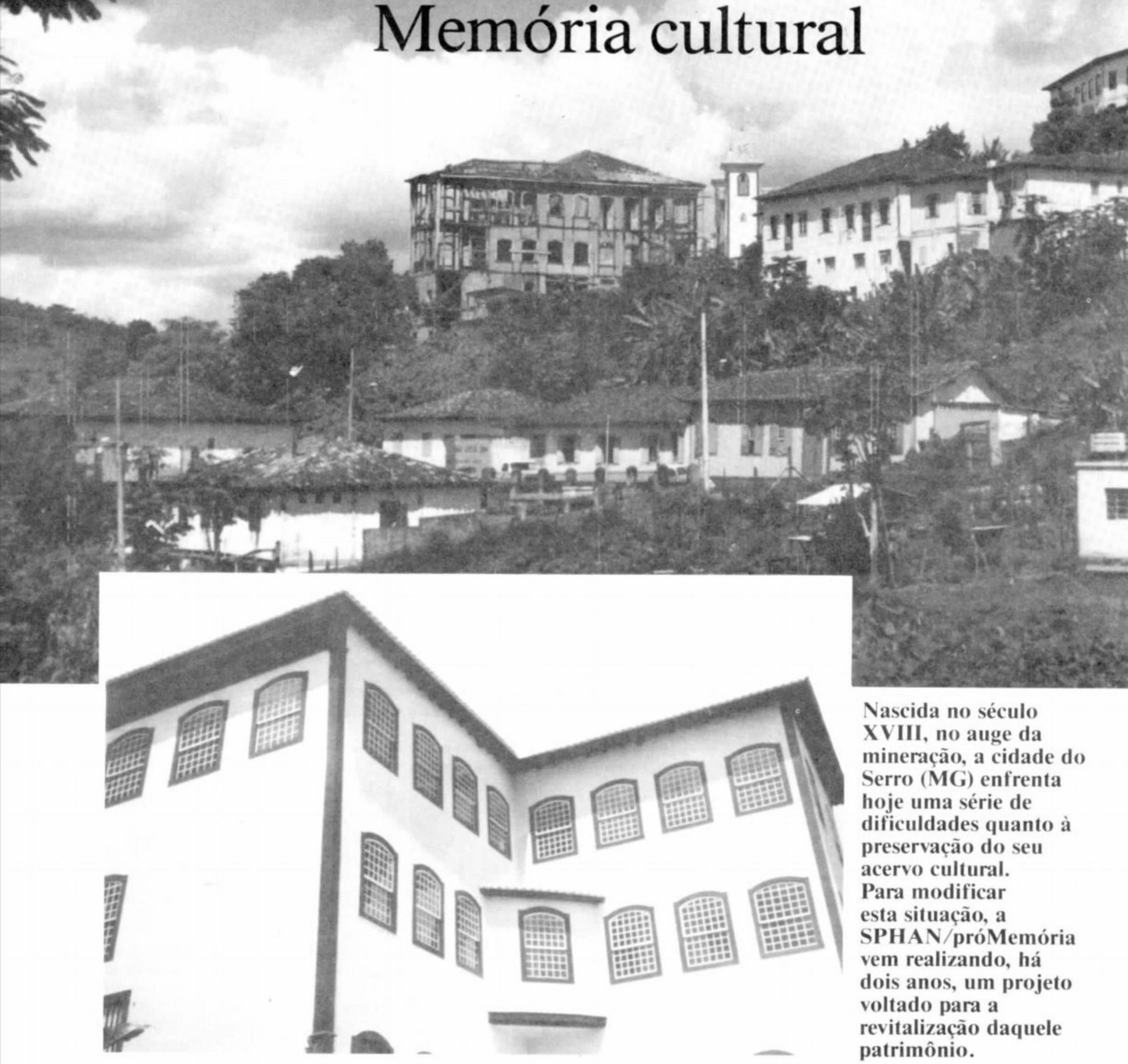
Março/abril de 1988

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 5.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 40
*pró*Memória

SERRO
Memória cultural



Nascida no século XVIII, no auge da mineração, a cidade do Serro (MG) enfrenta hoje uma série de dificuldades quanto à preservação do seu acervo cultural. Para modificar esta situação, a SPHAN/prόMemória vem realizando, há dois anos, um projeto voltado para a revitalização daquele patrimônio.

Resgatar a memória sócio-cultural da cidade, visando criar subsídios materiais de reflexão sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural local, no sentido de sua revitalização. Este é o objetivo básico do projeto "Memória Cultural do Serro" que a SPHAN/próMemória vem executando, desde 1986, naquela cidade de Minas Gerais, tombada em 1938 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Gerido por uma equipe da Coordenadoria de Referência Cultural/7ª Diretoria Regional e contando com o apoio técnico do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, o projeto tem por base recuperar a memória do Serro através da história oral — relatos e depoimentos de moradores e ex-moradores da cidade, obtidos por intermédio de entrevistas, nas quais estão registrados o pensamento, o sentimento e os anseios da comunidade acerca de seu patrimônio físico-cultural.

A cidade do Serro vem enfrentando uma série de problemas quanto à preservação de seu acervo cultural, principalmente o representado pelas edificações; muitas destas desapareceram ao longo do tempo e outras estão em precário estado de conservação, apesar dos esforços empreendidos pela SPHAN/próMemória na salvaguarda da cidade. A questão se agrava na medida em que os proprietários dos imóveis não dispõem de recursos financeiros para conservá-los.

Cidade nascida com a mineração no século XVIII, que permitiu a edificação de sua riqueza arquitetônica, o Serro vê-se ameaçado nos dias atuais pela mesma atividade — além da mineração tradicional praticada nos leitos dos rios, que polui suas águas pelo uso do mercúrio, há também a que utiliza o recurso da dinamite nos morros que circundam a cidade, colocando em risco a integridade dos conjuntos mais importantes em termos da arquitetura colonial, como a Casa dos Ottoni e a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos.

Foto: Arquivo SPHAN/próMemória



Praça da Cavalhada, atual Praça João Pinheiro, na primeira década do século XX

Fotos: Alcir Costa

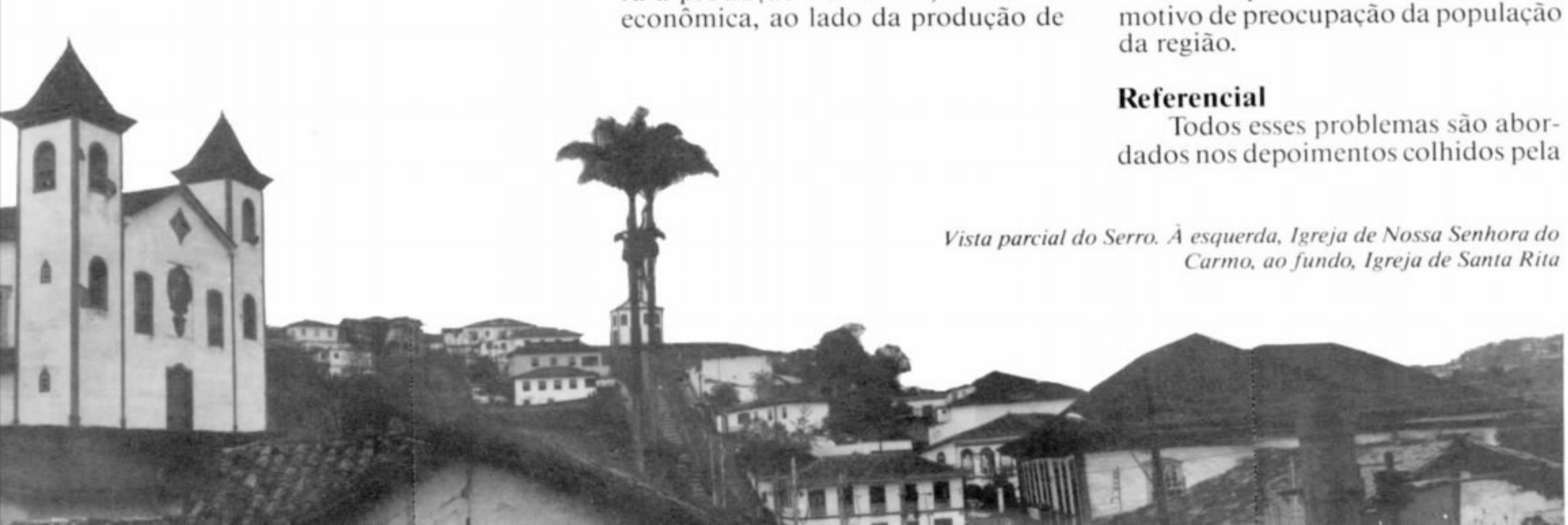


Praça Dr. João Pinheiro no início dos anos 40. À esquerda, casarão da Prefeitura e Câmara

Há, ainda, como ameaça à cidade, o problema do desmatamento para a produção do carvão, atividade econômica, ao lado da produção de laticínios, mais importante no Serro. Essa prática vem paulatinamente destruindo o patrimônio natural local, motivo de preocupação da população da região.

Referencial

Todos esses problemas são abordados nos depoimentos colhidos pela



Vista parcial do Serro. À esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao fundo, Igreja de Santa Rita

equipe do projeto. E, segundo a sua coordenadora, Maria das Dores Freire, as entrevistas, por isso mesmo, "constituem-se em referencial da maior importância para a formulação de qualquer política de preservação para a cidade". Nelas está documentada a maneira pela qual "as pessoas convivem, lidam, pensam, sentem o seu espaço urbano, que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elegeu como Monumento digno de ser preservado".

A equipe responsável pelo projeto, integrada pelas pesquisadoras Célia Aparecida Borges, Lea Beatriz Nunes e Maria do Rosário Simões, acredita que a ação torna-se possível enquanto normatizadora das relações dos habitantes com a cidade, na medida em que a memória coletiva dos grupos sociais tenha condições de permanecer, informando e orientando as relações dos indivíduos com o mundo que os cerca. "A preservação é, nesse sentido, o resultado da reinserção do passado no presente, sendo o patrimônio revivido e reinterpretado na medida em que se insere e se adapta à vida cotidiana da população."

O projeto constitui-se em uma experiência nova no trato das questões relativas à preservação, já que o conceito de patrimônio que referencia o trabalho "tem como orientação básica resgatar as matrizes culturais".

Na formulação do projeto, a equipe considera o patrimônio não só o produto edificado, "mas também aquilo que cria e define uma identidade cultural", tal como o conjunto de "saberes" próprios de um determinado grupo social que lhe permite entender e atuar no mundo, e o conjunto de "fazeres" ou a forma como os sujeitos se relacionam com o meio em que vivem, criando especificidades que lhes diferenciam de outros grupos.

Dessa forma, o trabalho caminhou no sentido de aproximar a discussão da preservação com as necessidades reais de desenvolvimento, na crença de que "o crescimento econômico pode realizar-se sem comprometer, necessariamente, o patrimônio, na medida em que ocorra a partir de orientações provenientes das próprias matrizes culturais".

Buscou-se, com isso, resgatar a memória do lugar a fim de criar subsídios materiais de reflexão para serem trabalhados não só no Serro como também em outras cidades. Segundo a equipe, "pretende-se um compromisso maior com uma ação de preservação através da revitalização dos núcleos históricos".

Na escola, o início do projeto

A execução do projeto "Memória Cultural no Serro" teve início com o registro e a discussão sobre as etapas da restauração da Escola Estadual Ministro Edmundo Lins, construída na segunda metade do século XIX para residência do Barão de Diamantina e que passou, no início do século atual, a abrigar instituições de ensino — asilo-escola de moças, patronato agrícola, ginásio masculino e finalmente escola estadual. A recuperação do imóvel estava a cargo da CARPE, órgão do Estado de Minas Gerais responsável pela construção e manutenção de equipamentos escolares.

O fato chamou a atenção da equipe do projeto, pois tratava-se da restauração de um imóvel numa cidade na qual muitas edificações já haviam desaparecido. "Sentimos que a escola poderia ser o nosso ponto de partida", diz a coordenadora Maria das Dores Freire. "Começaríamos a discutir no Serro a questão da preservação de seu patrimônio arquitetônico através da ação positiva do Estado de recuperar e devolver o prédio à escola da cidade. E a partir daí extrapolar para a questão da preservação do patrimônio cultural no sentido mais amplo."

A restauração da escola motivou uma série de ações dentro do projeto. Foram realizadas entrevistas envolvendo pessoas que tiveram ou têm ligação com aquele estabelecimento de ensino — professores e ex-professores, diretores e ex-diretores, alunos e ex-alunos. Com isso foi possível resgatar a história da escola, ao mesmo tempo em que os entrevistados tiveram a oportunidade de expressar sua visão a respeito do significado da restauração em curso. Além disso, os depoimentos abordam os vários aspectos culturais, sociais e econômicos da cidade.

A partir das entrevistas foi redigido um texto intitulado — "Serro... do ouro ao queijo" — para ser trabalhado didaticamente, principalmente com os alunos da escola. Com estes, a equipe trabalhou a questão da preservação e revitalização de núcleos históricos, discutindo a reapropriação do espaço representado pelo prédio da escola.

Foram levantados vários outros documentos importantes para o resgate da memória cultural do Serro. Dessa forma, durante o processo de trabalho junto à população, foi recuperado um acervo fotográfico sobre a história da cidade. O projeto conseguiu resgatar uma coleção do jornal *A Voz do Serro*, do princípio do século, que será submetida a restauração. Outro item recuperado foi o original de um documentário para cinema, datado de 1957, sobre a cidade e a Festa do Rosário. Além desse material, a equipe produziu o vídeo "Vila do Príncipe, Chácara do Barão", exibido na inauguração da escola, juntamente com o documentário.

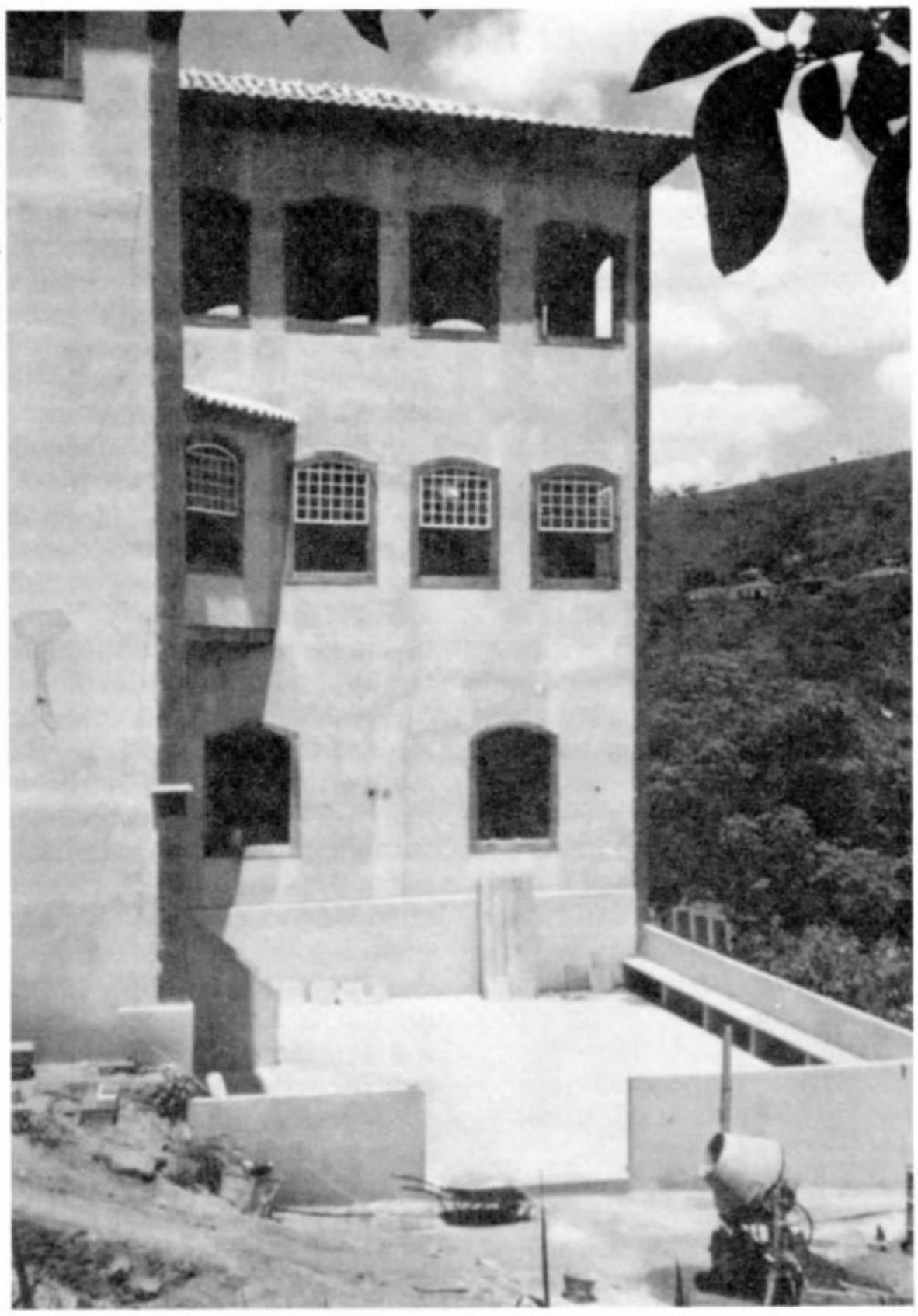
Por ocasião da reabertura da escola, ocorrida no dia 10 de outubro de 1987, toda a produção do projeto foi depositada na Chácara do Barão, onde funciona o Centro de Atividades Culturais do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, estando à disposição dos interessados.

Paralelamente, foram montadas duas exposições no prédio da escola — uma sobre a memória de restauração do imóvel e outra sobre a cidade, conjugando fatos e frases de moradores retiradas das entrevistas. Esta mostra — "Serro Memória" — foi realizada com a participação dos alunos que, utilizando o material original do projeto, fizeram redações, confeccionaram ilustrações acerca da cidade e desenha-



Foto: Arquivo SPHAN/próMemória

Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória



ram um grande mapa apontando os espaços antes ocupados por edificações que já desapareceram. Além disso, através de um jogral, eles recuperaram os primeiros documentos da escola, numa demonstração da importância de se trabalhar com a memória, resgatando o passado em função do presente que vivenciavam naquele momento.

Foi a partir da exposição "Serro Memória" que surgiram verdadeiros manifestos dos jovens, chamando a atenção para outros valores que estão em via de desaparecer, como o prédio localizado na praça principal da cidade, no qual funcionavam a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores e que se encontra em precário estado de conservação. Eles organizaram uma passeata e um manifesto na cidade, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de restauração do imóvel e a transformação de seu espaço em benefício da comunidade.

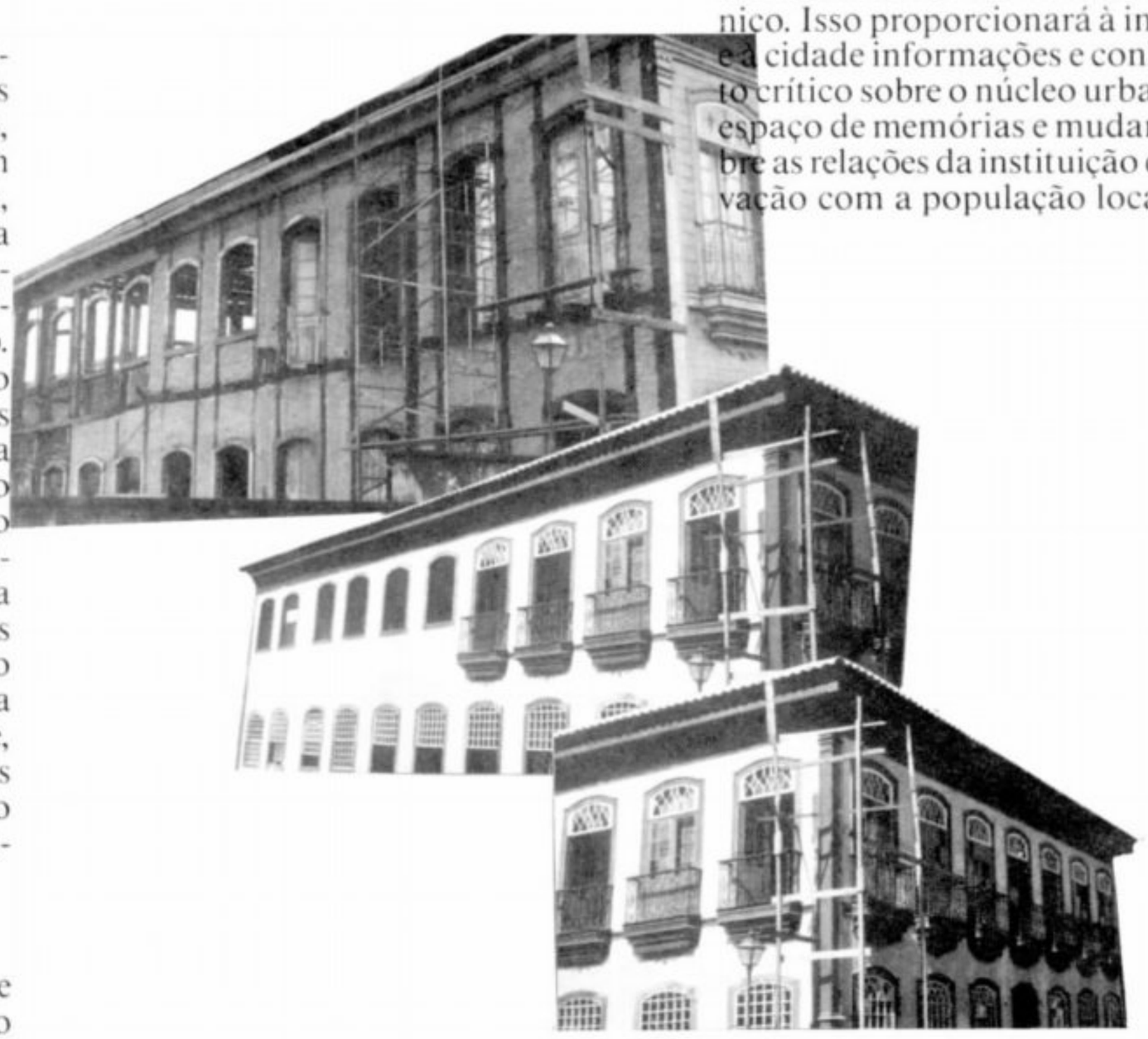
Continuidade

A equipe do projeto considera que o trabalho desenvolvido no Serro é o início de um resgate da história do lugar e de sua cultura e que é necessário que haja uma continuidade em vista dos desdobramentos surgidos.

O projeto será retomado este ano, em uma segunda fase, na qual serão aprofundados alguns temas suscitados principalmente pelas entrevistas, como é o caso da Festa do Rosário, que corre o risco de sofrer descaracterização. Segundo informa a coordenadora, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário solicitou o apoio do projeto no sentido de se fazer o registro das falas, dos cânticos e dos rituais da Festa, "porque isso só está na memória das pessoas que dela participam, principalmente os mais antigos". Na sua opinião, essa iniciativa é importante, pois "a Festa do Rosário é um patrimônio cultural não só da cidade do Serro, como também de todo o país".

Outra proposta é a atualização, em termos de levantamento, da produção artesanal local enquanto expressão cultural importante que vem desaparecendo e que necessita ser preservada, não só do ponto de vista cultural, como também de atividade econômica que pode gerar renda e emprego para a população.

A equipe do "Memória Cultural no Serro" propõe, ainda, que o projeto sirva de suporte ao Programa de Inventário de Bens Imóveis que a SPHAN/*pró*Memória realizará na cidade. A ampliação do registro da história oral, bem como de outras expressões da cultura, enriquecerá o levantamento histórico do acervo arquitetônico. Isso proporcionará à instituição e à cidade informações e conhecimento crítico sobre o núcleo urbano como espaço de memórias e mudanças e sobre as relações da instituição de preservação com a população local.



Museu do Marajó: passado e futuro



Museu do Marajó: atividades infantis

O Museu do Marajó, localizado no município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó (PA), abriu suas portas ao público em dezembro de 1987. Integrante do conjunto de unidades museológicas cujos projetos foram priorizados e apoiados pelo Sistema Nacional de Museus, da SPHAN/próMemória, seu objetivo principal é a divulgação e valorização da cultura marajoara.

A idéia de organização do museu data de 1973, quando seu fundador, Padre Giovanni Gallo, teve o primeiro contato com a Ilha do Marajó. Italiano nascido em Turim, Pe. Giovanni chegou ao Brasil em 1970, vindo de Basiléia, na Suíça. Os diferentes valores culturais que foi descobrindo no dia-a-dia da ilha o impressionaram profundamente. Esses valores, no seu entender, estavam sendo esquecidos ou menosprezados, sob a constante ameaça de eliminação, em conseqüência do avanço de um novo sistema de vida, dissociado da realidade local.

O museu foi criado com a intenção de ser o ponto de partida para um programa integral de desenvolvimento através dos valores culturais da região. Nessa perspectiva, a análise da realidade sócio-econômica foi determinante: a caça e a pesca, bases da economia, não ofereciam mais condições de garantir o futuro da comunidade. Buscou-se, então, "uma solução social que pudesse aliviar, senão resolver, os problemas", de acordo com Pe. Giovanni, utilizando o turismo como forma de dar trabalho e condições de sobrevivência à população do Arari. Dessa maneira, o museu tem como função não somente redescobrir e divulgar a história do Marajó, mas também, através da cultura, criar um pólo de turismo e desenvolvimento que venha a se transformar em fonte de renda para a região.

A resposta da comunidade foi imediata. Sua participação se deu tanto na pesquisa quanto na coleta do acervo, na fase inicial de formação do museu e, ainda hoje, mantém-se firme e constante.

O Projeto

O Museu do Marajó encontra-se instalado, desde 1983, em uma antiga fábrica de óleos vegetais que havia falido. O prédio foi comprado e saldada a dívida de falência. A Prefeitura de Cachoeira do Arari doou a área contígua à fábrica, permitindo assim que fossem lançadas as bases para a execução de um projeto integrado, que inclui, além do museu, a Capela de São Pedro e a Casa do Artesanato, já concluídas, a maloca-restaurante, ainda em execução, e uma quadra polivalente.

O projeto contou com o apoio, além da Prefeitura local e do Sistema Nacional de Museus, do Governo do Estado do Pará — há um convênio com a Secretaria de Cultura — , da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia—SUDAM e da Cooperativa Agropecuária do Pará. Os recursos até agora obtidos foram utilizados na recuperação e adaptação do prédio da fábrica para abrigar o acervo e receber os visitantes; a secretaria do museu foi organizada, recebendo os equipamentos básicos para seu funcionamento. O Ministério do Desenvolvimento Urbano repassou recursos à Prefeitura para a preparação das calçadas e ruas de acesso ao museu, que se encontravam em mau estado de conservação, deixando-o quase isolado.

O homem marajoara, de ontem e de hoje, seja ele o pescador, o vaqueiro ou o fazendeiro, que carrega consigo uma cultura em fase de extinção e que inconscientemente está destruindo o seu habitat, constitui o principal interesse do Museu do Marajó, segundo o projeto de seu organizador.

Uma preocupação presente ao ser definido o enfoque do museu em relação ao seu acervo foi a de não expor simplesmente as peças coletadas, embora estas tenham valor próprio, mas, na medida do possível, emoldurá-las

Fotos: Arquivo Museu do Marajó



Exemplares de cerâmica marajoara



Casa de Farinha e Aquário

em seu contexto cultural, enriquecendo sua identificação com dados de folclore, lingüística, etiologia, biologia, crenças, referências e pontos de contato com outros ambientes e outras culturas.

A intenção é fazer com que o mundo marajoara seja desvendado em suas múltiplas facetas, focalizando o homem com os seus costumes, mostrando exemplares de fauna e flora, arqueologia, cerâmica — que traz vestígios dos primeiros habitantes da ilha — caça, pesca, medicina popular, pajelança, cozinha típica, folclore, mitos, técnicas em mais de seiscentas peças.

Exposição

A exposição do acervo do Museu do Marajó, montada no imenso galpão da antiga fábrica, foi dividida em nove partes e, de acordo com o Pe. Giovanni, ano após ano poderão ser vistos novos aspectos e objetos de interesse do público, resultados de novas pesquisas, pois "o museu não está acabado e todos podem colaborar com idéias".

A temática da primeira parte da exposição refere-se à arqueologia, mostrando peças raras em cerâmica das extintas aldeias indígenas marajoaras. Mapas antigos e o globo terrestre são encontrados na segunda parte, permitindo situar a Ilha do Marajó e comparar seu tamanho, cerca de 48.000 quilômetros quadrados — maior que a Suíça — com o de diversos países do mundo. Em seguida, estão reunidos uma série de documentos históricos sobre a Cachoeira do Arari e a ilha, como decretos de criação de vários municípios e livros raros. Na quarta parte encontram-se os instrumentos importados, ainda no século passado, para realizar os primeiros levantamentos topográficos do Marajó.

A próxima etapa da exposição apresenta uma das características do museu, conforme explica seu idealizador, que é a possibilidade de manipular uma série de objetos para que, através do contato físico, uma simples observação possa transformar-se em uma rica experiência. O visitante pode experimentar, de certa forma, alguns dos vários instrumentos utilizados para torturar escravos, como o "vira-mundo", todo em ferro, para ser adaptado ao pescoço, constando de uma cruz na parte posterior, que deixava rastros ao quebrar os galhos da floresta em caso de fuga, ou embalar uma criança no "macuru", balanço feito com madeira e cordas. Esse estilo característico de apresentação é também enriquecido por invenções originais, como os "computadores" de estilo marajoara, ou simples máquinas-surpresa que estimulam o visitante a perguntar e procurar a resposta, testando os seus conhecimentos sobre a Ilha do Marajó, procurando dessa forma superar as rotineiras informações dos folhetos das agências de turismo.

A "cosmologia do caboclo" — morador da beira dos rios da Amazônia — tem um destaque particular na sexta parte da exposição, também chamada Museu do Invisível. Trata-se da interpretação do mundo feita pelo caboclo, com referências às crenças e tabus por ele cultivados, como o do peixe que é filho de sapo, do boto que se transforma em homem, da mulher que gera cobras, entre outros. A sétima parte é reservada à explicação dada pelo caboclo aos fenômenos da Natureza. As duas últimas etapas mostram instrumentos de caça, pesca e criação de gado, como também animais embalsamados, onde podem ser encontradas curiosidades como o bezerro de duas cabeças e o pato de quatro patas.

Estão previstos ainda, para a área externa do museu, um pequeno jardim zoológico, destacando os peixes e cobras da região; o horto botânico, apresentando uma flora para muitos desconhecida e noções práticas sobre o plantio de árvores, por exemplo, visando com isso estimular o respeito à Natureza; um exemplar da casa do caboclo, com seus apetrechos tradicionais; e a casa da farinha, mostrando uma técnica primitiva que é também um ritual, herança da tradição dos aborígines.

O Museu do Marajó tem um outro importante papel, o de ser o elemento catalisador de uma série de iniciativas. "Existe uma certa reciprocidade: o museu ajuda essas promoções, que por sua vez irão garantir sua vida e desenvolvimento", explica Giovanni Gallo. Essas iniciativas devem ser tomadas para solucionar problemas presentes em Cachoeira do Arari, como a precariedade dos meios de comunicação e dos transportes fluvial e terrestre. Dessa forma, o museu assume verdadeiramente seu caráter de pólo de desenvolvimento, criando novas frentes de trabalho em uma região carente de recursos.

No âmbito do museu, essa preocupação está presente no papel desempenhado pela Casa do Artesanato, onde são ensinadas técnicas tendo como fonte de inspiração o acervo arqueológico local, com a possibilidade de venda direta dos produtos, sem a presença de intermediários. Assim, não é o artesanato que ajuda o museu, mas é o museu que abre um caminho para o desenvolvimento do artesanato, criando uma fonte alternativa de renda para a comunidade.

Arqueologia reescreve história de Vila Flor



Casario de Vila-Flor

As comemorações dos 300 anos de fundação das Reduções Jesuíticas do sul do Brasil, promovidas pelo Ministério da Cultura/SPHAN/próMemória e Governo do Rio Grande do Sul em 1987 (*SPHAN n.º 38*, págs. 1 a 4), colocaram mais uma vez em evidência um assunto de grande interesse para a história do país. As atenções se voltam agora para a pesquisa de arqueologia histórica que se vem realizando na cidade de Vila Flor, no Rio Grande do Norte, cujos primeiros resultados dão conta da existência de uma Missão Carmelita instalada na Aldeia de Gramació no século XVIII. A pesquisa está sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Arqueológicos do Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com a SPHAN/próMemória.

Vila Flor, distante 107 quilômetros de Natal, é um dos últimos remanescentes das primeiras implantações de nossas vilas e núcleos do século XVIII. A sede do município é constituída basicamente por uma enorme praça — com 6.000 metros quadrados — circundada por modestas habitações construídas em taipa de sopapo, cobertas com telhas de fabricação manual ou palha. Num canto da praça fica a Igreja de N. Sr.ª do Desterro; em outro, a Casa de Câmara e Cadeia. Os dois monumentos, construídos no século XVIII, encontram-se restaurados atualmente graças ao Projeto de Revitalização do Conjunto Urbano de Vila Flor, desenvolvido pela Fundação José Augusto, do Governo do Estado, em convênio com a SPHAN/próMemória (*SPHAN n.º 14*, págs. 1 a 6 e *n.º 28*, págs. 18 a 20).

Antes da restauração dos imóveis, a 3.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória determinou que fossem realizadas pesquisas arqueológicas para a localização de possíveis restos das dependências da missão e outras construções. A Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/próMemória designou o Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPe para realizar esse trabalho, sendo assinado convênio entre as duas instituições. A diretora do Núcleo, Prof.ª Maria Gabriela Martin, elaborou então o Projeto Vila Flor, visando ao estudo arqueológico e levantamento da documentação histórica da antiga Missão Carmelita de Gramació, possibilitando o resgate de informações e a recuperação da memória de Vila Flor. A arqueologia histórica, segundo Gabriela Martin, poderá esclarecer as hipóteses que se colocam sobre o cotidiano, habitação das populações, relações comerciais, produção econômica, entre outros.

História

O capitão-mor Jerônimo de Albuquerque concedeu, a 2 de maio de 1604, uma sesmaria de 5.000 braças quadradas, na Várzea do Cunhaú, a seus filhos Antônio e Matias de Albuquerque. Esta é a notícia mais antiga que se tem a respeito da região onde se assentaria o aldeamento e a missão de Gramació, no Rio Grande do Norte. Sabe-se que, em 1677, o Governador Matias de Albuquerque assinou termo de desistência das terras demarcadas pelos religiosos de N. Sr.ª do Carmo da Paraíba, nas salinas do Cunhaú. Em 1700, um alvará d'El-Rei doava aos padres missionários carmelitas uma légua quadrada — 6.000 metros quadrados — para um aldeamento indígena, onde seriam construídas casas para 100 casais, que receberam ferramentas para erguer as moradias e iniciar lavouras. Estava assim criada a Missão Carmelita de Gramació. Em 1768, em obediência às instruções que determinavam nomes portugueses para as novas vilas criadas, a missão passou a se chamar Vila Flor.

A partir de 1713, mais três aldeamentos dirigidos por carmelitas se somaram a Gramació: o de Mamanguape e da Preguiça, na Paraíba, e o da Baía da Traição, no Rio Grande do Norte, onde também existiam missões dirigidas por jesuítas e frades capuchinhos, todas elas habitadas por caboclos da língua geral.

Segundo a pesquisa realizada pela equipe do Núcleo de Estudos Arqueológicos, não se pode separar a instalação do aldeamento indígena do aproveitamento dos recursos econômicos da região; tudo indica que ela foi rapidamente habitada como conseqüência das múltiplas atividades ali exercidas. A implantação do primeiro engenho de açúcar do Rio Grande do Norte, o Engenho Cunhaú, movido a água, se deu em 1612. O mapa de Margrave, de 1658, assinala aldeias, currais de gado e população branca já distribuída por toda a capitania.

A agricultura e a pesca foram as principais atividades de subsistência do aldeamento de Gramació, cujas terras férteis propiciaram o cultivo de mandioca, milho e feijão. Porém a atividade que deve ter empregado numerosa mão-de-obra indígena foi a produção de sal. As salinas de Cunhaú foram, entre os séculos XVII e XIX, das mais importantes do país, somente superadas, posteriormente, por Mamanguape (PB) e Macau (RN), que possivelmente foram a causa de sua ruína e abandono. Nove unidades salineiras são registradas em diversos docu-

mentos. Considerando-se a importância da indústria do sal na Barra do Cunhaú, compreende-se a estrutura urbana de Vila FLor, situada somente a meia légua de distância; a imponência da Casa de Câmara e Cadeia não se justificaria no caso de tratar-se unicamente de uma missão evangelizadora de índios, sem estrutura econômica sólida. O plano urbanístico da cidade, hoje demarcado pela enorme praça de 6.000 metros quadrados, deve ter obdecido mais à necessidade de um complexo industrial do que a uma ocupação estritamente religiosa, diferentemente das outras estruturas missionárias do Nordeste, cujo estudo e escavações arqueológicas apresentam conjuntos habitacionais muito menores e acanhados.

As estruturas sociais da indústria salineira eram muito diferentes daquelas da indústria açucareira. Não existia o "senhor do sal" como existia o "senhor do engenho". O sal era monopólio real e o concessionário não morava no centro de produção, o que o levou a se integrar na estrutura urbana da missão. O avanço da indústria do açúcar unido à força econômica das salinas fez prosperar Vila Flor, porém essa riqueza acarretou também sua ruína, quando o poder religioso e o poder temporal se enfrentaram. Por essa razão, em 1858, a sede do município foi transferida para o povoado de Uruá, depois elevado a vila de Canguaretama. Somente em 1963 Vila Flor deixará de ser distrito, obtendo sua independência municipal.

Arqueologia

A pesquisa arqueológica na praça de Vila Flor foi iniciada em agosto de 1987, com escavações em duas áreas: uma no lado direito da igreja e outra a uma distância de 20 metros, em frente à fachada do templo. Os dados aqui apresentados são o resultado de apenas trinta dias de trabalho de campo. As sondagens foram iniciadas à procura dos possíveis alicerces do convento que, conforme a tradição, era geralmente construído ao lado da igreja, como em outros conjuntos carmelitas. Os arranques dos arcos ainda são visíveis nas fachadas laterais da Igreja de N. Sr.ª do Desterro. O convento, portanto, deve ter sido planejado, mas não chegou a ser construído nesse lugar, pois não foram encontrados restos em uma área de 20 metros quadrados junto à parede norte do templo.

As primeiras sondagens realizadas na área defronte à igreja demonstraram a existência de fachadas de casas, medindo 14,30 metros. Foram escavadas as fachadas de seis casas, num total de 120 metros quadrados, ao longo de uma rua — onde está situado o cruzeiro — na qual o lado oposto corresponde às moradias atuais.

A uniformidade das medidas indica um plano urbanístico, assim como faz pensar na hipótese de construções relacionadas com as atividades da missão, como escola, hospício, enfermaria e residência dos padres. O tamanho das fachadas indica edifícios de maior porte que os habituais para uma família indígena aldeada. As 100 famílias de que fala o alvará de 1700, por sua vez, talvez tenham sido aldeadas em torno da praça, em casas com seis metros de fachada, mantendo uma estrutura e padrão muito semelhantes aos atuais.

No lado leste da praça foram localizados restos do pelourinho. Próximo ao cruzeiro, que fica a 36 metros da igreja, foram descobertos os alicerces de uma pequena capela — talvez pertencente à missão — de 9×9 metros com grossos muros de 50 centímetros de espessura. A época de sua construção ainda não foi determinada, mas já foram identificados no local fragmentos de louça do século XVII.

O material arqueológico coletado, de acordo com os pesquisadores, é qualificativo, porém não conclusivo, pois até agora as escavações foram realizadas na rua e nas fachadas das casas, e não no seu interior, onde se acredita que os restos sejam mais abundantes. Esse material consiste em cerâmica vitrificada por enxofre e sal, cerâmica branca inglesa, do século XVIII, faianças vitrificadas espanholas e portuguesas, dos séculos XVII e XVIII, louças chinesas e da Companhia das Índias Ocidentais, moedas de cobre de Portugal e do Brasil e faianças brasileiras, entre outras.

Com base em indícios arqueológicos antigos e recentes, supõe-se que a mesma praça onde se situava a missão carmelita abrigara anteriormente uma aldeia tupi-guarani.

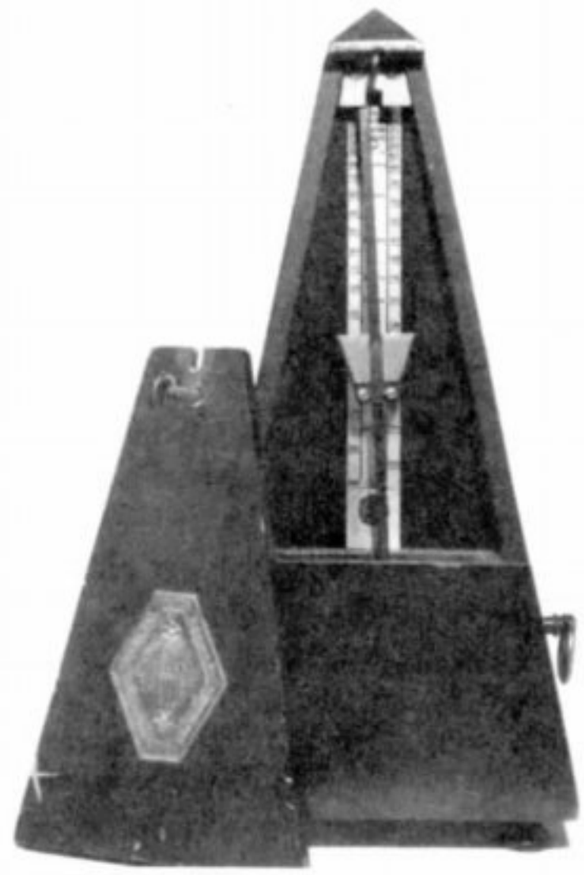
O estudo do material reunido pelo Projeto Vila Flor — dados arqueológicos e documentação histórica, cartorial e eclesiástica — permitirá a avaliação do papel dos aldeamentos religiosos não apenas como uma conseqüência da expansão européia do século XVI, e possibilitará a análise do impacto desse fato sobre as populações indígenas, da dinâmica do contato cultural havido e dos processos de exploração e colonização. A seqüência histórico-cultural desde a aldeia indígena até o estabelecimento da missão carmelita e a expansão da vila de Gramació-Vila Flor como sede das importantes indústrias do sal e do açúcar são também metas pretendidas pelo Projeto.

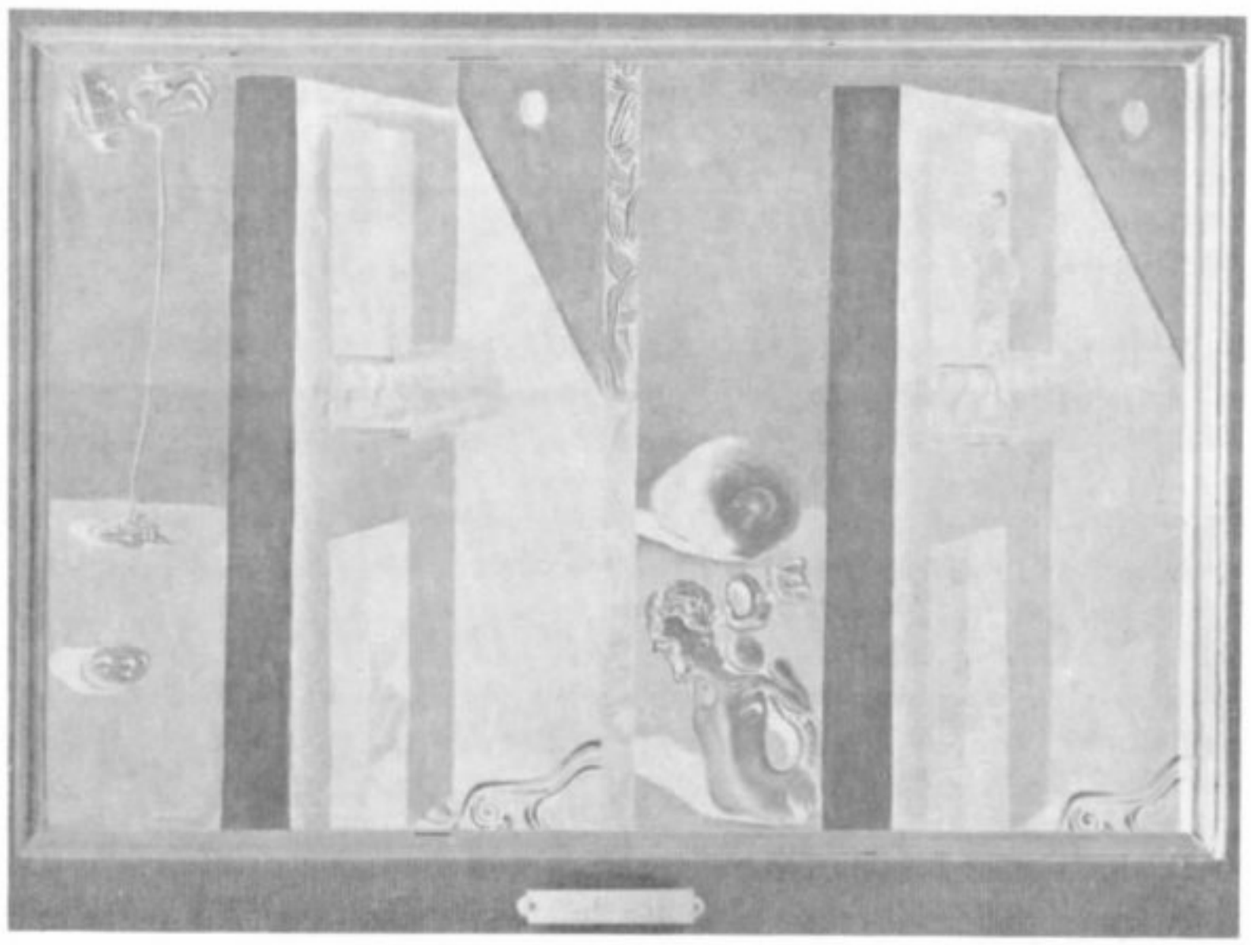


Igreja e Casa de Câmara: área em que está sendo feita a pesquisa arqueológica



Projeto SIAM: a arte da informática





Óleo de D. Pedro II, de Jules de Chevrel, do Museu Imperial, ...

...metrônomo de origem francesa, do Museu Villa-Lobos...

...e "Le Deux Balcons", obra de Salvador Dali, dos Museus Castro Maya. Peças já cadastradas pelo SIAM.

Obter, com um simples toque de botão, informações detalhadas sobre todos os objetos existentes em museus brasileiros poderia ser um gesto considerado, há poucas décadas, como delírio ou fruto da imaginação de algum aficcionado do "gênero Júlio Verne", interessado também pela preservação do nosso patrimônio cultural.

Hoje, contudo, já estamos bem perto de ficar sabendo, em poucos minutos, a quantidade exata de obras com o tema "personagem", existentes no acervo do Museu Nacional de Belas Artes; ou até mesmo o total de peças carentes de restauração, pertencentes aos acervos de todos os museus ligados à SPHAN/prόMemória, entre outros assuntos.

Iniciado no final de 1986 e pioneiro na América Latina, o projeto SIAM — Sistema de Informações de Acervos Museológicos, desenvolvido pela SPHAN/prόMemória através da sua Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, se propõe a ser mais uma ferramenta viabilizada pela informática, desta vez em benefício do cadastramento dos acervos das nossas casas de cultura.

O projeto

O projeto SIAM é atualmente executado por duas museólogas, dois digitadores e cinco estagiárias de museologia. Segundo sua responsável, a coordenadora de documentação e pesquisa Vera Lucia Bottrel Tostes, o objetivo principal do SIAM é integrar os museus, inicialmente os ligados à SPHAN/prόMemória, e possibilitar a formação de um banco de dados, do qual constem todas as informações necessárias sobre seus acervos.

A parte prática foi iniciada efetivamente em maio de 1987, e das 41 unidades a serem atendidas, 13 já tiveram seus acervos cadastrados e quatro se encontram em fase de conclusão. Para Vera Tostes, a meta é concluir o trabalho até o final do ano, ampliando consideravelmente o número de peças cadastradas, que hoje se situa na casa das 16.000. "Nosso objetivo é terminar 1988 podendo dizer: a SPHAN/prόMemória tem o total de 'tantos' bens móveis nos acervos de seus museus", ressalta.

No entender da museóloga, além das vantagens proporcionadas pelo projeto quanto à segurança e exatidão das informações, pode ser destacada, também, a validade das reuniões que vêm sendo feitas com os museólogos e técnicos de áreas pertinentes às temáticas dos museus. Nelas, o debate tem sido freqüente, procurando sempre se chegar a um consenso sobre o que é discutido. "Temos procurado, com um intercâmbio de idéias, estabelecer uma uniformização dos termos usados para definir técnicas e materiais, por exemplo, tomando como base a publicação *Thesaurus para Acervos Museológicos*, da série técnica da SPHAN/próMemória", explica Vera Tostes.

Metodologia

A primeira etapa do projeto consistiu da análise minuciosa dos modelos de fichas utilizadas pelos museus, para que fosse viabilizado um perfeito "casamento" entre o programa a ser elaborado e a realidade disponível. Conforme complementa Vera Tostes, "um dado bastante positivo é que os museus, a partir da execução do projeto SIAM, vêm tendo a necessidade de rever as informações contidas em suas fichas — um trabalho que na maioria dos casos não era realizado com muita freqüência".

"Uma vez revisadas pelos próprios museus" — continua — , "suas fichas ou fotocópias destas nos são enviadas. Após serem tratadas, principalmente no que diz respeito à unificação da linguagem, são inseridas no banco de dados." De acordo com a museóloga, a probabilidade de haver algum erro é bastante remota, já que todo o material é submetido a inúmeras revisões e checagens, feitas em várias etapas, mesmo após a inclusão dos dados na memória do computador.

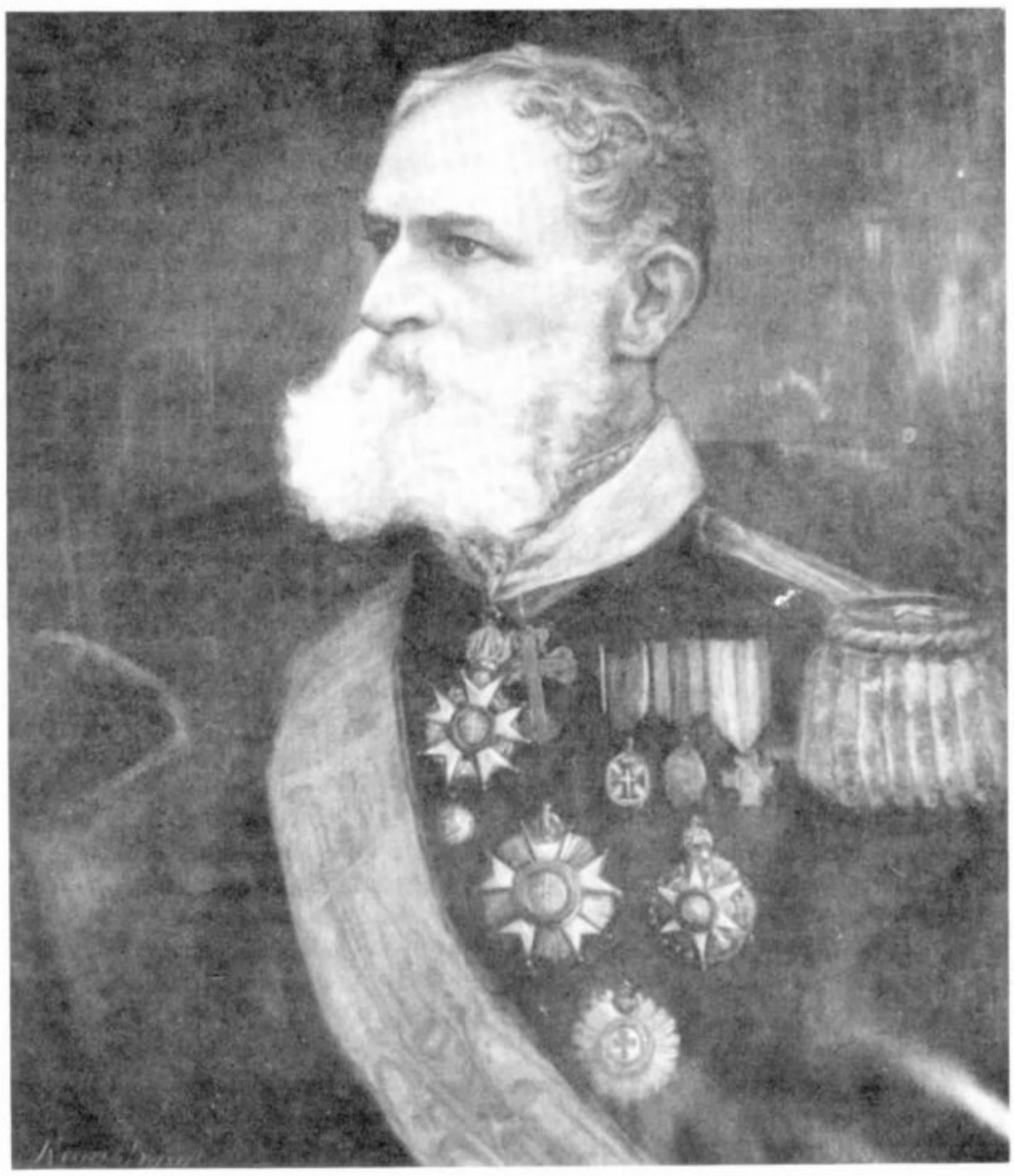
O programa consta de 33 itens-referência sobre os objetos, e a sua concepção, embora bastante simples e funcional, possui grande reserva para introdução de novos dados. Para desenvolvê-lo foi usada a linguagem DBASE III Plus, que oferece muitos recursos e, principalmente, considerável facilidade para o cruzamento de vários itens de informação.

Da ficha informatizada constam dados sobre cada peça, como autoria, material empregado, técnica, estado de conservação, entre outros. Cada item pode ser pesquisado isoladamente, e a associação entre eles, nas consultas, permite que se chegue a grupos de peças afins.

Para se ter uma idéia das facilidades proporcionadas com a implantação do SIAM, imaginemos que um museólogo deseje saber em quais museus poderá encontrar objetos em madeira, do século XVIII, tematizando arte sacra, para complementar uma exposição que estiver organizando. Para obter as informações necessárias, bastará apenas um contato com a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos e alguns poucos minutos de espera.

Na Opinião da museóloga, o levantamento e os contatos que vêm sendo feitos entre os representantes dos museus são fundamentais para a museologia como um todo. Para ela, por ser um projeto-piloto, a tendência é que o SIAM assuma características multiplicadoras: "Já recebemos visitas de representantes de museus, associações e outras entidades ligadas à museologia, que desejam adequar e compatibilizar os métodos que estão implantando com o nosso sistema, e essas visitas são bastante interessantes, pois é do nosso interesse intercambiar informações e repassar conhecimentos", explica.

Terminado o cadastramento dos objetos, segundo Vera Tostes, deverá ser iniciado trabalho similar, com relação ao material bibliográfico e documental; e ela vai bem mais além: "Você já imaginou se no futuro, após todos os itens do nosso acervo cadastrados, tivermos cabos que nos liguem aos demais museus e, pelo 'Cirandão' da EMBRATEL, tivermos ligação também com o mundo inteiro?" Perfeitamente possível, principalmente se levarmos em conta que, há poucas décadas, o que vem sendo realizado hoje provavelmente seria tido como uma inatingível ficção.



"Retrato do Marechal Deodoro", de B. Kronstrand, do acervo do Museu da República

SPHAN/próMemória vence em Porto Seguro



Fotos: Luciano Dantas Brito

Início das obras de ampliação do Hotel Phoenícia

O processo judicial referente às obras de ampliação do Hotel Phoenícia, em Porto Seguro (BA), teve seu desfecho no último dia 15 de março no Tribunal Federal de Recursos, com resultado favorável à SPHAN/próMemória, determinando a ilegalidade do projeto.

Considerada prejudicial ao patrimônio histórico da cidade, a obra foi causa de uma ação penal, há cerca de dois anos, impetrada pelo Ministério Público Federal, a pedido da SPHAN, contra o proprietário do hotel e o mestre-de-obras.

Segundo a Assessoria Jurídica da SPHAN/próMemória, as obras de ampliação do Hotel Phoenícia infringiram não só as normas do patrimônio histórico, como também o Código de Obras de Porto Seguro — uma das poucas cidades do interior da Bahia que conta com esse tipo de legislação. Com a ampliação, a altura e a volumetria do imóvel ficariam totalmente fora dos parâmetros legislativos do município.

O processo

Em decorrência da ação impetrada a pedido da SPHAN, o proprietário do hotel e o mestre-de-obras foram enquadrados por "alteração de local especialmente protegido por lei sem prévia autorização de autoridade competente", com base no artigo 166 do Código Penal. Ao julgar a ação, em primeira instância, o juiz Fernando da Costa Tourinho Neto considerou apenas o tombamento de 1968, que protegia somente a parte de Porto Seguro conhecida como Cidade Alta. O juiz desconsiderou o ato da SPHAN de 1974 que, obedecendo ao decreto 72.107, tombou todo o município, passando este a ser considerado monumento nacional.

No Tribunal Federal de Recursos, o resultado foi favorável à SPHAN. Com a decisão judicial, foram canceladas as obras e condenados o empresário e o mestre-de-obras à pena de multa de 100 salários mínimos — Cz$ 424.800,00. Empresário e mestre, no entanto, estão livres da multa, beneficiados por uma prescrição de punibilidade, em razão do decurso de dois anos até a sentença.

O ministro relator do processo, Dias Trindade, entendeu que a ampliação do hotel importou alteração no aspecto da área e excedeu em altura o gabarito aprovado pela municipalidade local, e declarou: "O denunciado, que praticou sua ação por motivos egoísticos, em circunstâncias que denotam grau de desrespeito às normas de convivência, teve elevado grau de culpabilidade, embora não se apresente irreversível o delito por ele praticado."

Outros problemas

Apesar desta vitória, os problemas em Porto Seguro não estão totalmente resolvidos no que diz respeito ao patrimônio histórico local. Tramita na 6ª Vara Federal, sob responsabilidade do juiz Hílton Gomes de Queiroz, outro processo paralelo a este, onde a SPHAN pede que toda a área construída na ampliação do Hotel Phoenícia seja demolida, a fim de devolver à cidade sua ambiência original.

Na Vara Federal corre ainda uma ação cível contra a Prefeitura, solicitando que seja reconstruída na Praça da Bandeira uma casa histórica, tombada, que foi demolida para dar lugar a uma rua; e retirado o aterro colocado na Lagoa das Marrecas. Esta ação tem por objetivo, ainda, fazer com que a Prefeitura deixe de conceder autorização para obras no município sem o prévio consentimento da SPHAN.

Obra quase concluída





Por uma educação indígena diferenciada

A Coordenadoria de Referência Cultural da SPHAN/prόMemória editou recentemente o livro *Por uma Educação Indígena Diferenciada,* no qual está registrado o trabalho desenvolvido pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) com as comunidades indígenas daquele Estado. A iniciativa recebeu, entre 1983 e 1986, apoio técnico-financeiro do projeto "Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País" (*SPHAN n.º 18,* págs. 12 e 13, *n.º 24,* pág. 14, *n.º 36,* págs. 13 e 15 e *n.º 39,* pág. 19).

Entre os objetivos do trabalho enfocado destacam-se a formação de professores índios, a criação de escolas nas aldeias e a elaboração e prática de conteúdos curriculares referenciados na realidade indígena, coerentes com as necessidades das populações envolvidas.

O projeto da CPI/AC, denominado "Uma Experiência de Autoria", fundamenta-se na participação indígena nas ações relativas ao processo educacional, tendo em vista que as próprias comunidades envolvidas, não satisfeitas com os métodos formais de educação a elas oferecidos, passam, através de suas lideranças, a reivindicar o direito de serem os principais organizadores, os agentes, de sua formação escolar, como meio de se instrumentalizarem para o relacionamento com a sociedade "branca" envolvente, sem perda de sua identidade sócio-cultural.

Cursos

Com base nesse quadro, a CPI/AC elaborou, apoiada por assessorias especializadas na questão indígena, o projeto educacional que tem como ponto principal a formação de professores índios, através de cursos específicos.

De 1983 — ano do início efetivo do projeto com a realização do primeiro curso no Centro de Treinamento da Fundação Cultural do Acre — a 1986, quando o "Interação" deu por encerradas as suas atividades, três destes cursos dirigidos à formação de professores índios foram promovidos pela equipe responsável. Entre seus objetivos principais, atendendo sempre às expectativas dos grupos indígenas participantes, estavam viabilizar a alfabetização em língua portuguesa e a aquisição de noções básicas de aritmética, considerados instrumentos essenciais no contato dos indígenas com a sociedade.

Como resultado das questões discutidas no primeiro curso, a partir da segunda etapa, foi também introduzida a língua indígena como objeto de estudo.

Nos cursos, os grupos indígenas idealizaram e produziram os materiais didáticos, que passaram a ser aplicados pelos professores índios nas aldeias, para a transmissão às comunidades dos conhecimentos adquiridos nas aulas ministradas. Esse material integrou a "Exposição de Material Didático para a Educação Escolar Indígena no Brasil", realizada no ano passado, na Universidade de Brasília, durante a 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC.

O trabalho dos professores índios nas suas aldeias foi acompanhado pela equipe do projeto nos intervalos dos cursos, com a finalidade de discutir e avaliar *in loco* o andamento do processo educacional proposto. Com base nessas avaliações, sempre discutidas com os professores índios, pôde-se aperfeiçoar o conteúdo dos cursos seguintes, obtendo-se, desta forma, uma melhor eficácia dos métodos utilizados.

Após o primeiro curso, ainda em 1983, muitos dos alunos, ao regressarem às suas aldeias, criaram as primeiras escolas, como aconteceu, por exemplo, em seis seringais da área Kaxinawá do Jordão. Em 1984, outras escolas foram criadas e atualmente perfazem um total de trinta.

"Aprender a ler e escrever a língua portuguesa e manipular operações básicas de aritmética passava a ser visto

Foto: Arquivo Projeto Interação



Foto: Nietta L. Monte



Alfabetização em língua portuguesa a partir de material diético produzido pelos professores índios. Escola Katurina do Gregório (AC)



Capa de um dos livros utilizados na educação indígena

pelas lideranças indígenas como um instrumento decisivo para a abertura de novos horizontes", afirma, em um dos capítulos do livro *Por uma Educação Indígena Diferenciada,* a pesquisadora da SPHAN/prόMemória, Ana Suelly Cabral, que assessorou o projeto da CPI/AC, através do apoio oferecido pelo "Interação".

"Os índios concluíram que preparar jovens lideranças para serem futuros professores nas aldeias era uma de suas necessidades imediatas", acrescenta. Segundo a pesquisadora, "a educação ideal", no entender dos índios, "deveria ser diferente daquela oferecida pelas missões estrangeiras, pela FUNAI, pela rede oficial e pelos patrões seringalistas".

O trabalho de educação indígena "Uma Experiência de Autoria" atinge, segundo informações da coordenadora do projeto, Nietta Monte, 30 aldeias em 17 áreas do Acre e regiões fronteiriças, envolvendo nove nações: Kaxinawá, Katukina, Mãxinéri, Jamináwa, Yawanawá, Apurinã, Kulina e Poyanáwa.

Convênio

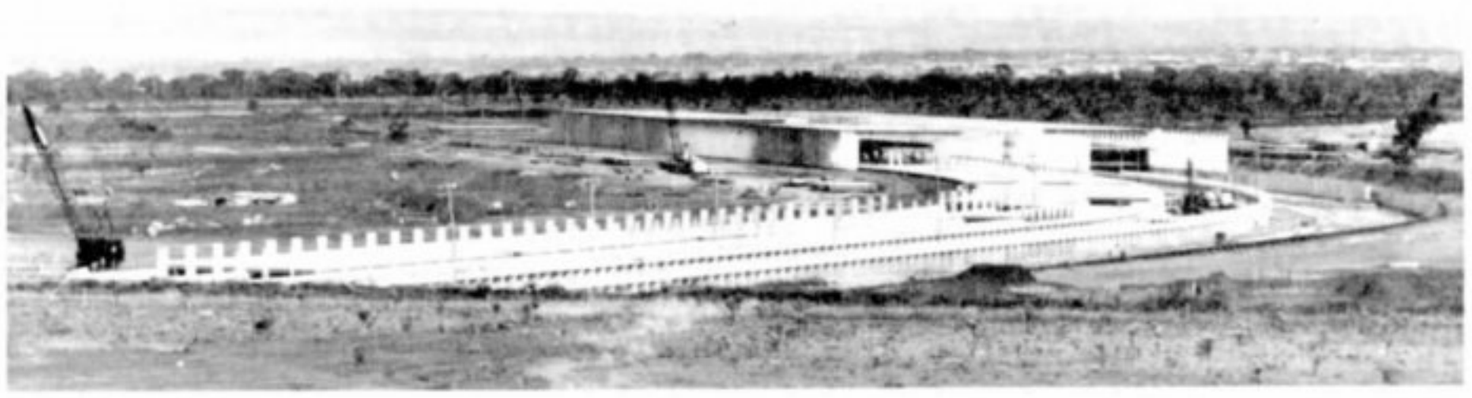
Após o segundo curso, realizado em 1985, o trabalho da CPI/AC recebeu o apoio da FUNAI e da Secretaria de Educação e Cultura do Acre, através de um convênio beneficiando 12 das 32 áreas indígenas da região, com escolas geridas por índios professores. Segundo informa Nietta Monte, esses professores vêm lecionando para seus "parentes", a partir de uma proposta curricular específica, definida participativamente, e que, de acordo com o convênio firmado, deverá estar reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação ainda este ano.

O resultado imediato do convênio foi a contratação pela SEC/AC de 21 monitores índios formados e reciclados nos três cursos promovidos. Tais monitores vêm recebendo salários da SEC em seus municípios, com recursos a ela repassados pela FUNAI. Ficou garantida no convênio a autonomia pedagógica e administrativa das escolas indígenas no que diz respeito ao currículo, calendário e mecanismos de avaliação do rendimento escolar dos alunos.

Segundo a coordenadora do projeto da CPI/AC, "através desse convênio fica mais uma vez evidenciada a polêmica questão de integração do índio na sociedade nacional, seus direitos e deveres como cidadão brasileiro, e sobretudo as obrigações do Estado em relação às minorias étnicas nacionais. Equiparado agora à grande maioria do professorado brasileiro *leigo* (rural e urbano), sua contratação pela SEC/AC dispensa-o gradativamente do tratamento tutelar e discriminativo com que até então vinha sendo assistido, não só pelo órgão tutor, mas também por segmentos consideráveis da sociedade brasileira".

Depois de cinco anos de trabalho, com três cursos realizados, 30 escolas implantadas, 30 professores em processo de formação e um número significativo de materiais didáticos editados, a "Experiência de Autoria" torna-se um programa. No atual estágio estão sendo extraídos e aprofundados da trajetória desta experiência os principais elementos que garantirão a sua continuidade.

A filmografia de Heinz Forthmann



Construção do Instituto Central de Ciências da UNB

Fotos: Arquivo UNB



Com o objetivo de identificar, recuperar, preservar e criar condições de levar ao público os testemunhos da memória e da identidade de Brasília e do Distrito Federal como um todo, a SPHAN/próMemória estará lançando em breve a *Filmografia de Heinz Forthmann* — cineasta, fotógrafo e professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, cujos acervos filmográfico e fotográfico abrangem desde aspectos da construção da nova capital e do cotidiano de cidades do centro-oeste e da comunidade de Canudos até a exemplar documentação de povos indígenas, material de caráter antropológico de valor inestimável, realizado no período que vai de 1944 a 1975.

Os testemunhos sobre o Distrito Federal constituem um universo muito amplo e abrangente. Por essa razão, a Coordenadoria de Referência Cultural — CNRC, da SPHAN/próMemória, responsável pela pesquisa, se debruçou particularmente sobre os conjuntos documentais audiovisuais que, "em relação a Brasília, fazem especial sentido face à sua modernidade", de acordo com a orientadora técnica do trabalho, Vera Americano Bueno. Entre esses conjuntos, destaca-se o acervo de Heinz Forthmann, por seu significado e por ser um dos mais importantes até hoje produzidos na cidade.

A publicação, que é o primeiro referenciamento realizado sobre o acervo filmográfico de Forthmann, destina-se ao público acadêmico, às instituições, aos estudiosos de cinema e da cultura brasileira e a todos aqueles que se interessam pelo material produzido e guardado em Brasília. Os dados obtidos resultaram de pesquisa realizada pelo documentarista Marcos de Souza Mendes, que foi aluno de Forthmann e, portanto, familiarizado com sua obra.

A metodologia utilizada para o referenciamento dos filmes foi desenvolvida pela Coordenadoria de Referência Cultural a partir de trabalhos realizados anteriormente, como o catálogo *Os cine-jornais sobre o período da construção de Brasília — Acervo do Memorial JK*, cuja segunda edição está agora sendo lançada (ver nota neste número).

A ficha de inventário, segundo os pesquisadores, caracteriza-se por sua flexibilidade e constitui o ponto de partida para a elaboração da referência filmográfica, reunindo dados com as informações técnicas fundamentais, tais como ementa, resumo das imagens e do som, número de cópias localizadas de cada documentário e, ainda, o estado de conservação dos negativos e indicações para sua recuperação, pretendendo com isso chamar a atenção "para a necessidade de se realizar um diagnóstico mais rigoroso sobre o estado desses filmes, sob pena de sua perda irreparável", afirma Vera Americano.

Forthmann

Heinz Forthmann nasceu em Hannover, na Alemanha, em 1915, e aos 17 anos emigrou com a família para Porto Alegre. Em 1940 optou pela nacionalidade brasileira e passou a morar no Rio de Janeiro. Sua primeira atividade profissional se deu na área de publicidade, onde utilizou seus conhecimentos de desenho gráfico e comercial e fotografia industrial, que foram a base de sua formação. Mais tarde, aperfeiçoou-se em cinema. Em 1942 integrou-se ao Serviço de Proteção ao Índio, criado por Cândido Rondon, iniciando sua carreira de fotógrafo e cineasta na equipe de expedições do serviço etnográfico.

Tiveram início, então, as inúmeras viagens pelo interior do território brasileiro para documentação das tribos indígenas — suas moradias, utensílios, tipos humanos e seu cotidiano, como mostrado nos filmes "Os índios Urubu — um dia na vida de uma tribo na floresta tropical", "Funeral Borôro", "Xingu", entre outros, em parceria com o antropólogo Darcy Ribeiro e o sertanista Orlando Villas Boas. A partir de 1960, após sua saída do SPI, trabalhou para produtoras independentes, percorrendo quase todo o país. "Kuarup", seu trabalho mais conhecido, foi realizado no Xingu em 1963. Entre 1965 e 1978, ano em que faleceu, Forthmann atuou como professor da Universidade de Brasília.



Foto: Luciana Castello Branco

Brincando com a cultura

Aconteceu, dia 8 de março, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (RJ), o lançamento da série de quebra-cabeças "Galeria de Arte", que reproduz trabalhos de pintores brasileiros famosos pertencentes ao acervo do Museu. A SPHAN/pró-Memória é a responsável pela execução do projeto, em conjunto com a Coluna Jogos e Brinquedos — tradicional fabricante de produtos educativos.

"Café", de Cândido Portinari; "Praia de Boa Viagem", de Hipólito Caron; "A Caminho da Escola", de Eliseu Visconti; e "Paisagem de Pernambuco", de Franz Post, são as primeiras quatro obras produzidas. O projeto é o décimo primeiro de difusão cultural, atividade desenvolvida pela SPHAN/próMemória em parceria com a iniciativa privada e outras instituições desde 1983.

A Coluna fabricará inicialmente 20.000 unidades de cada tema, e o preço médio no mercado ficará em torno de Cz$ 450,00. Parte das quantidades produzidas caberá à SPHAN/próMemória que, por sua vez, comercializará os jogos em seus pontos de venda, localizados em museus e diretorias regionais, além de utilizá-los em campanhas institucionais.

Passatempo

Constituídos por 120 peças e por isso dirigidos ao público infanto-juvenil, os quebra-cabeças da coleção "Galeria de Arte" vêm acompanhados de folheto informativo, em português e inglês, do qual constam dados sintetizados sobre o MNBA, o autor e a obra.

Conforme explica o Diretor-Superintendente da Coluna, Josué Douglas Rodrigues, esse tipo de quebra-cabeça é capaz de prender a atenção tanto de adultos quanto de crianças, não só pelo grau de dificuldade — são necessárias cerca de duas horas de trabalho para a montagem — quanto pelo ineditismo e pela beleza dos temas.

Para ele, a credibilidade proporcionada a um produto pela inserção da sigla MinC/SPHAN/próMemória pode levá-lo, caso seja um produto bem elaborado, a tornar-se um verdadeiro campeão de vendas. "Nós temos o exemplo do 'Rali Cultural', do 'Conhecendo Aspectos do Brasil' e do 'Dominó Regional', produtos elaborados em conjunto com a SPHAN/pró-Memória no decorrer de 1986 e lançados em janeiro do ano passado" — conta — "que vêm superando as expectativas em termos de aceitação."

No entender de Josué Rodrigues, unir esforços para viabilizar projetos desse tipo é um gesto que só traz vantagens. "Todos saem ganhando: a SPHAN/próMemória difundindo o patrimônio cultural brasileiro e o acervo dos seus museus, a Coluna em termos de benefício à sua imagem institucional, e o público por ter mais uma fonte de acesso à cultura."

Difusão

Desenvolvido em três etapas — escolha dos temas, pesquisa e acompanhamento/execução —, o projeto foi elaborado com a consultoria de técnicos especializados em arte, do Departamento de Educação do MNBA, e trabalhado durante dez meses pela equipe da Assessoria de Marketing da SPHAN/próMemória. A exemplo dos demais projetos de difusão através de mídia alternativa até então desenvolvidos, "Galeria de Arte" teve custo zero para a instituição.

Na visão do Assessor de Marketing, Ricardo de Hollanda, "pensar em sugestões para projetos de difusão cultural deve ser uma atribuição da casa como um todo, que poderá utilizar-se da Assessoria como referencial". Segundo ele, a atual tendência é serem desenvolvidos produtos para divulgar, principalmente, os museus incorporados, bem como para fixar definitivamente, junto ao público, o logotipo SPHAN/próMemória, "o que colaborará para que se tornem mais conhecidas a instituição e suas causas", aposta.

Opinião

Para um autêntico bilingüismo

* *Ruth Monserrat*

Os índios do Brasil encontram-se em situações bastante diferenciadas quanto ao uso da língua indígena e do português. As situações de verdadeiro bilingüismo — quando as línguas estão em pé de igualdade, tanto do ponto de vista funcional como institucional — não existem no Brasil. O que se observa com mais freqüência, afora os raros casos de total monolingüismo na língua nativa (nos grupos recém-contactados), ou em português (cerca de 30 grupos, principalmente no Nordeste, que já perderam totalmente a língua indígena), é a situação em que indivíduos isolados, raramente grupos inteiros, dominam tanto o português como a língua materna. Com a intensificação do contato em condições desastrosas para a manutenção e o fortalecimento da identidade étnica, a língua indígena tem sido um dos alvos mais vulneráveis da desagregação sócio-cultural de grupos étnicos diferenciados. Isso vem se revelando, com bastante nitidez, na história externa de várias línguas indígenas: a partir do total monolingüismo na época do contato, há uma introjeção acelerada do português durante um certo tempo, e, no decurso de poucas gerações, as crianças já têm unicamente o português como primeira língua, enquanto alguns poucos velhos tornam-se os detentores-museus da língua do seu grupo. Não houve tempo nem condições de se estabelecer e firmar um verdadeiro bilingüismo. Essa não é, felizmente, a situação mais generalizada. Talvez se possa dizer que a maioria das cerca de 170 línguas indígenas no Brasil ainda estão vivas e atuantes, quando menos porque ainda não houve tempo ou condições suficientes de contato negativo para que deixassem de existir.

Os povos indígenas têm a consciência de que as comunidades indígenas, queiram ou não, integram o sistema econômico dominante, dele dependem e não podem dele prescindir. Eles têm a consciência também de que para que a integração na sociedade majoritária possa dar-se sem que sejam sacrificados como grupos étnicos diferenciados, para que eles possam lutar por seus direitos específicos dentro do todo, é-lhes imprescindível, em primeiro lugar, apossar-se efetivamente da língua comum dominante, o português. Nesse contexto, poucas são as referências espontâneas dos índios à necessidade da língua indígena na escola, seja em forma oral, seja em forma escrita. Na verdade, não há lugar para ela numa escola vista como instrumento para o aprendizado do português (= civilização).

Existem alguns pontos de consenso geral sobre a questão das línguas indígenas em relação à escola:

a) o português é necessário em qualquer escola indígena;

b) a língua indígena não é indispensável para o contato; e, na escola, tanto a língua indígena escrita como a oral constituem instrumento auxiliar para o aprendizado do português somente nos casos de "barreira lingüística";

c) é mais fácil, lingüística e psicologicamente, aprender a ler e a escrever na língua materna, seja ela qual for;

d) é muito difícil, senão impossível, aprender a ler e a escrever na escola em uma língua que não se domine oralmente.

Há outras opiniões que, embora não tenham consenso geral, são consideradas importantes por quem as emite:

a) introduzir a escrita numa cultura ágrafa constitui uma violência a mais do colonizador; já o ensino oral e escrito do português se justifica plenamente, na medida em que pode servir como instrumento de luta e defesa para os povos indígenas;

b) a partir do domínio escrito do português, qualquer grupo indígena pode criar mais ou menos facilmente um sistema de escrita para sua língua, se assim o desejar;

c) se a alfabetização é entendida como ler e escrever tudo o que se pode falar e compreender tudo que está escrito, esse tudo situa, necessariamente, a língua materna como suporte veicular do processo de alfabetização. Situação embaraçosa: todos sentem de maneira instintiva e difusa que a língua de um grupo humano é, de certa forma, o centro de sua cultura. Mas têm dificuldade em encontrar para a língua indígena escrita um lugar que não seja periférico: servir de ponte para o aprendizado do português e/ou registrar, dentro da nova situação histórica, as estórias e os modos de ser e de fazer tradicionais. Por melhores que sejam as intenções e os esforços dos envolvidos com processos educacionais formalizados para sociedades indígenas, as funções da língua indígena, escrita e mesmo oral, não conseguem ultrapassar a barreira do registro do "velho". O "novo", o presente, só encontra canais de expressão lingüística através do português.

Pode-se fazer algo para reverter essa situação, que condena a língua indígena ao paulatino empobrecimento, senão ao abandono final por parte de seus usuários, processo que vem acontecendo com inquietante freqüência nos anos mais recentes? Parece-nos que o único caminho para isso é aquele que possa conduzir a um autêntico bilingüismo. Para tanto, faz-se mister, entre todas as demais condições sociais e política necessárias, que as línguas indígenas se atualizem, se modernizem, incorporando organicamente — através do léxico em primero lugar — toda a vivência do momento histórico atual dos povos indígenas. É preciso não apenas que a língua indígena deixe de ser ágrafa, que passe a ter escrita própria, mas principalmente que ela se atualize, se "normatize" e seja usada efetivamente. Utopia? Provavelmente o será, em muitos casos. Mas não sabemos de antemão quais. E a tarefa, para quem visualiza assim a questão, é participar na criação das condições para que o processo possa iniciar-se, e os povos indígenas possam atingir efetivamente o bilingüismo.

* *Pesquisadora da SPHAN/prόMemória*

ENTREVISTA

Um dos temas mais recentes tratados pela SPHAN/próMemória e também um dos mais apaixonantes, a preservação do patrimônio natural é uma questão intimamente ligada à cultura e à existência do homem. Para esclarecer uma série de assuntos que envolvem essa tarefa preservacionista, o *Boletim SPHAN/próMemória* ouviu o Coordenador-substituto da Coordenadoria de Patrimônio Natural da instituição, Carlos Fernando de Moura Delphin.

— Numa época em que se acelera o ritmo do crescimento econômico e demográfico e em que as fontes de energia e matérias-primas se esgotam, porque limitadas — ou finitas — , pairam graves ameaças sobre a comunidade nacional e, logicamente, sobre nossa cultura. Como a SPHAN/próMemória tem enfrentado esta questão?

CF — Tão rápidas e substanciais modificações no país e no mundo impõem a qualquer instituição uma revisão em sua forma tradicional de enfrentar muitas questões. É premente a necessidade de uma auto-reflexão, de um *aggiornamento* para se poder responder a esses problemas com a rapidez que a sociedade e a época exigem.

O processo de modificação das condições naturais do planeta, alterando sensivelmente o meio ambiente, exigiu de nós, por um lado, a preocupação por aspectos totalmente novos na tutela do patrimônio cultural. Superpopulação, poluição, alterações climáticas, esgotamento de fontes de energia e matéria-prima, tudo isto vem exigindo uma tomada de posição diferente para a defesa de nossa herança cultural.

Por outro lado, considerando as ameaças reais que pairam sobre todos os recursos naturais que envolvem a própria sobrevivência humana, a SPHAN/próMemória reconsiderou sua responsabilidade cultural e social sobre o patrimônio natural, agora a lhe determinar uma ação rápida e eficiente, sobretudo porque, com a omissão de outros órgãos responsáveis, a população evocava e continua lembrando sempre da figura do tombamento, como a vara de condão capaz de salvar todos os bens ameaçados.

Enfrentando a questão do patrimônio natural, a SPHAN/próMemória ateve-se, inicialmente, à restrita área de sua competência legal, prevista em 1937. Recentemente, tem buscado uma compreensão mais ampla e menos circunscrita dos bens naturais e de seu papel na tutela deste patrimônio. Assim, diante da estarrecedora situação de predação dos recursos naturais e pela premência do problema, ela entendeu, enfim, que o problema envolve e deve envolver os órgãos governamentais e a sociedade como um todo. Foi nesse sentido que a Coordenadoria de Patrimônio Natural elaborou um documento do qual consta a política da Casa para esta área. Através deste documento, definiu-se que a ação deverá ser feita em conjunto com as demais instituições, de forma reguladora, complementar ou ratificadora, no que diz respeito à proteção de áreas exemplares, que representem ecossistemas importantes da natureza brasileira, isto independentemente das atividades tradicionais de preservação de jardins e sítios históricos.

— Então, é inquestionável que a produção cultural e a própria possibilidade de sua preservação estão diretamente ligadas à proteção do meio natural, do patrimônio natural como um todo?

CF — Praticamente toda a produção cultural é direta ou indiretamente realizada em cima de produtos oriundos da Natureza. A extinção dessas fontes de matéria-prima impedirá o registro e a produção cultural e, evidentemente, sua preservação. Donde provém o material utilizado nas edificações, nas obras de arte, na construção de instrumentos musicais, na impressão de livros? Da mesma forma a preservação do acervo destes bens implica na disponibilidade dos mesmos recursos utilizados em sua fabricação.

Assim, se se esgotarem as jazidas de pedra-sabão, nossa cultura se verá privada não apenas de criar novas obras, mas tampouco poderá dispor desse material para a restauração do patrimônio já existente. Como será feita a restauração de um arcaz de sacristia em jacarandá da Bahia, se esta madeira se extinguir na Natureza? Não nos cabe também retomar as fontes dessas matérias-primas renováveis? Quando pensarmos em restaurar a arte plumária de nossos índios, as araras azuis de cujas penas eles se utilizaram já terão desaparecido, como também desaparecem as próprias nações indígenas. Aliás, é de se indagar, em nível mais

amplo, de que nos serve preservar essa arte se, assistindo impassíveis à destruição da própria vida indígena e desprezando o maior patrimônio, o patrimônio imaterial, não incorporamos à nossa memória senão frágeis objetos?

— Na década de 30, percebe-se, surge uma ampla legislação protecionista. Parece que os legisladores, os administradores, enfim, os homens públicos, já se preocupavam — ou já anteviam — com o que estava por acontecer ao patrimônio brasileiro. É interessante notar que nesta década surgiram o Código das Águas e o primeiro decreto que trata da proteção aos animais, em 1934; o primeiro Código Florestal; e os decretos que criam o Parque Nacional de Itatiaia e o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
O que esta legislação representava na época?

CF — Os intelectuais da época, de forma notável, com uma clareza que eu diria visionária, previram uma situação que nem o Estado conseguiria então antever ou, no momento atual, constatar. Qual um sapo paralisado diante da serpente prestes a dar o bote fatal, eis a sociedade mundial, ainda hoje — em sua esmagadora maioria — , em verdadeira estase diante da indiscutível constatação de que os recursos naturais encontram-se em acelerado processo de esgotamento.
Os argumentos daqueles poucos que reclamam ações para reverter o processo predatório e se proceder a um desenvolvimento integrado com a proteção dos recursos naturais não diferem de Cassandra, lançando clarividentes palavras, plenas de verdade, mas que ninguém leva a sério.

— Quais os benefícios concretos proporcionados por esta legislação ao longo dos últimos 50 anos?

CF — Vários benefícios. Em primeiro lugar, pela força dos próprios atos legais, dificultando a tranqüila impunidade anterior, conseguiu-se preservar alguma coisa, como, por exemplo, as unidades de conservação — parques nacionais, reservas biológicas, etc. — , as espécies animais e vegetais mais ameaçadas e, mais recentemente e como conseqüência, o surgimento de inúmeras organizações de preservação e algumas realizações tímidas de programas de conscientização da coletividade. Todavia, a ausência paralela de um processo sistemático de educação ambiental da população, pela importância da questão, levou à minimização dos efeitos da lei. Por isso mesmo, embora com medidas como as citadas, jamais se destruiu tanto no país como nos últimos 20 anos. Até 1982, os 61% de áreas florestadas existentes em 1500 já se achavam reduzidos a 29%. Não disponho dos dados atuais, mas imagino que sejam drásticos.

À época, a preocupação pela proteção de recursos naturais — uma floresta, por exemplo — seria até sem sentido

— Historicamente, a SPHAN/próMemória tem se dedicado mais à proteção do patrimônio edificado. A seu ver, quais os motivos deste comportamento e quais os reflexos para a tarefa de proteção ao patrimônio natural?

CF — Este comportamento confunde-se com a própria história da SPHAN/próMemória. Há 50 anos, conseguimos despertar a elite dirigente de determinados segmentos sociais pela preservação do patrimônio edificado. Já era tarefa, por pioneira, bastante árdua. À época, a preocupação pela proteção de recursos naturais — uma floresta, por exemplo — seria até sem sentido para a grande maioria, diante da abundância, em nosso país, desses recursos e, bem como, em face do desconhecimento total das implicações ecológicas resultantes de sua destruição.
Assim, só recentemente — no Brasil e nos demais países do mundo — a questão apresentou seu porte atual
Por esta razão, inadvertidamente, a visão que a instituição tinha da paisagem — já nem citando o patrimônio natural — excluída a compreensão sistêmica do conjunto e da interdependência dos elementos que a compunham, uma vez que só muito recentemente começamos a questionar o aspecto ecológico e ambiental dos conjuntos paisagísticos. Por outro lado, não se pode esquecer que o acelerado crescimento desordenado das cidades, ameaçando muito mais os núcleos históricos do que o patrimônio natural, exigia que as ações fossem muito mais rigorosas sobre o patrimônio edificado. Registremos, ainda, que o surgimento, logo após o decreto 25, de vários atos legais, criando órgãos e normas específicas para os diferentes aspectos do "Patrimônio Natural", como que desobrigou a SPHAN de investir mais nesta área.

— Pelo Decreto-Lei 25, como vimos, temos responsabilidades e deveres na preservação do patrimônio natural. Porém, a nível federal, temos ainda a SEMA, o IBDF, o DENAEE e o DNPM também com competências e atribuições na mesma área. É superposição ou complementariedade necessária de competência legal? Como se dá o trabalho de cada uma destas entidades?

CF — Começando pela competência de cada uma dessas instituições. A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA é o órgão encarregado de acompanhar as alterações do meio ambiente, assessorar outros órgãos encarregados de conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Compete ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal — IBDF a responsabilidade pela formulação da política florestal, pela proteção e conservação dos recursos naturais renováveis. Ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DENAEE cabe o planejamento, coordenação e execução dos estudos hidrológicos no território nacional. O Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM é o órgão responsável pela coordenação, execução, supervisão, fiscalização e controle da exploração dos recursos naturais do país.
Além desses e de outros órgãos federais, temos órgãos regionais, estaduais, municipais e organizações privadas reconhecidas nacional e internacionalmente — como por exemplo a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza — FBCN.
Agora, quanto à atuação dessas diversas instituições, ela se dá, tanto de forma concorrente ou superposição como de forma complementar. Além disso, suas ações costumam se processar quase sempre isoladamente, compartimentadamente.
A normatização e a operacionalização das responsabilidades do poder público deveriam ocorrer de forma permanente, articulada e, de tal maneira transparente, que a ação do governo ganhasse a força necessária e a agilidade indispensável às medidas urgentes que requer a defesa do nosso imenso patrimônio natural. É o exemplo clássico, quase anedótico, do jacaré que, quando dentro da água, é objeto de competência da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE e, quando em terra, do IBDF, órgão responsável pela proteção da fauna selvagem.

— Dentre os quase mil bens tombados pela SPHAN/próMemória, há apenas 68 bens relativos ao patrimônio natural — inscritos no livro do tombo paisagístico — e, destes, apenas três grutas podem ser consideradas bens naturais propriamente ditos, assim mesmo por uma certa relação arqueológica. O único bem natural tombado sem outras relações, o Pico do Itabirito, na cidade de mesmo nome, foi destombado. Qual o significado real embutido nesta ação?

CF — Voltamos à questão em que tratamos da própria história da SPHAN. Pelas razões já expostas anteriormente, a preocupação inicial era preponderantemente voltada para os bens edificados. Posteriormente, em alguns casos, como paisagem de entorno ou integrante de conjunto arquitetônico ou urbanístico. É de se chamar a atenção, mais uma vez, para o fato de que a preocupação pelo patrimônio natural propriamente dito, e não pelo seu valor exclusivo como moldura visual ou beleza cênica, é uma postura bastante recente, aqui e nos demais países. Tal fato decorre da ampliação do nível de consciência, junto às comunidades e aos governos, de sua importância para a cultura, para a ciência e, inclusive, para o lazer — válvula de escape para a vida nas cidades modernas — e para a própria sobrevivência da humanidade.

A preocupação hoje, em relação ao passado recente, é tão maior, que, enquanto o Pico do Itabirito foi destombado em oito de junho de 1965, em 88 o líder soviético Mikhail Gorbachev chama atenção em seu livro *Perestroika* para a necessidade de ação conjunta na proteção ao patrimônio natural da humanidade.

A proteção desse patrimônio significa a proteção de todos os sistemas ou conjuntos que o compõem e cada um deles deve ser visto de *per si,* mas como um todo indissolúvel. O Professor Azis Ab'Saber diz muito bem que não tem sentido tombar partes ou parcelas de um patrimônio, sem a justa noção dos grandes domínios. Há necessidade de que os bens tombados sejam compreendidos no seu contexto máximo.

— Os três monumentos citados são considerados dignos de preservação. Porém esta visão poderia levar a um perigoso conceito de bem a ser preservado, na medida em que outras inúmeras "fatias" do território nacional, que propiciam a sobrevivência de populações inteiras, podem deixar de ser preservadas, enquanto não consideradas monumentais. Como vocês, que trabalham com o patrimônio natural, classificam estas áreas merecedoras de proteção?

CF — De fato são inúmeras as situações em que a sobrevivência de populações ou de cidades inteiras dependem da proteção a este ou àquele patrimônio natural. Comunidades inteiras vivem da pesca em determinado rio; outras têm sua principal fonte de proteínas oriunda da fauna dos manguezais, ou sobrevivem graças à venda de artesanato feito com matérias-primas naturais daquela região em particular. Tudo isto, evidentemente, formando a própria cultura dessas comunidades.

Gostaria de ressaltar que o importante na preservação do patrimônio natural, enquanto fonte direta de recursos para a sobrevivência humana, é a necessidade de existir sempre equilíbrio entre os recursos naturais disponíveis e a situação demográfica e econômica regional. Da mesma maneira, veja bem, que a poluição e a predação podem provocar o desequilíbrio existente e o impacto da extrema pobreza ou a explosão demográfica também levam à mesma destruição.

Neste caso, acreditamos que o assunto deva ser objeto de estudo cuidadoso, para que essas regiões sejam protegidas, possam evoluir, sem, contudo, secar sua fonte de sobrevivência.

Mais de 100 milhões de pessoas no mundo experimentam uma escassez aguda de lenha, sendo comum muitas famílias rurais dedicarem mais tempo à busca da lenha do que a qualquer outra atividade. Derrubando as árvores, cortando os galhos, arrancando os tocos enraizados aceleram a erosão e a perda do solo fértil.

A proteção desse patrimônio significa a proteção de todos os sistemas ou conjuntos que o compõem

— Qual a importância de se buscar parceiros nessa tarefa de preservação? Como vem sendo feito este trabalho junto a outros órgãos federais, estaduais e municipais que tratam do patrimônio natural? E a comunidade?

CF — Veja bem, enquanto não houver, como já expliquei, um sistema nacional de uso e proteção dos recursos naturais, que defina uma política, estratégia, diretrizes, desde o nível federal aos municípios, devemos buscar sempre a articulação com as demais instituições públicas e privadas, complementando e ratificando ações, dirimindo dúvidas e controvérsias, tentando, de todas as maneiras, formar um bloco único de atuação.

Por outro lado, é óbvio que sem o envolvimento consciente e participativo da comunidade — mesmo que, geralmente, este envolvimento tenha de ser despertado por uma ação governamental, especificamente voltada para ele, através de campanhas permanentes, programas, projetos, seminários, encontros, junto a escolas, empresas, associações, etc. — é impossível uma proteção efetiva dos bens naturais.

Especificamente, a SPHAN/próMemória vem participando de programas conjuntos, como o Programa de Ações do Meio Ambiente, financiado pelo Banco Mundial e do qual participam 11 instituições federais, como IBDF, SEMA, CNPq, SUDEPE, SUDECO, IBGE, UNB, entre outras.

Tem, ainda, representação em conselhos e grupos de trabalho, como no Conselho Nacional do Meio Ambiente e Câmaras Técnicas, ação junto à Assembléia Nacional Constituinte, para garantir fundamentação constitucional às ações preservacionistas, encontros com órgãos estaduais, municipais, nacionais e internacionais — ICOMOS, WWF, IUCN etc. — , buscando sempre o envolvimento consciente da sociedade.

— Dentre os vários trabalhos até hoje executados na área de preservação do patrimônio natural, nota-se que a maior competência da SPHAN/próMemória está no trato dos jardins históricos. Quais as experiências que você relataria?

CF — Os jardins são como modelos em miniatura da Natureza, reduzida pela mão do homem a uma escola compreensível para todos e sobre os quais atuam os mesmos princípios, físicos, biológicos e ambientais, que regem a compreensão do bem natural.

Criado para a fruição da beleza e o prazer humanos, a ponto de ser sempre, nas antigas religiões, a forma idealizada do paraíso terrestre, o jardim é um patrimônio vivo: nasce, cresce modifica-se, reproduz-se e está sujeito à morte.

Por sua complexidade, a arte dos jardins — variável segundo as culturas, a época e as diferentes condições naturais — exige a colaboração de múlti-

plos conhecimentos. É uma arte que se utiliza de técnicas multidisciplinares. Os jardins históricos, mais do que isso, são também locais onde a Natureza e a vida se fundem com a cultura e a história de outras épocas e civilizações. Registram a ação cultural de uma sociedade sobre a Natureza.

Na preservação do patrimônio histórico freqüentemente passa despercebida a importância dos jardins e áreas cultivadas pelo homem, na leitura, por exemplo, dos elementos formadores da história de uma cidade. Tais áreas são elementos testemunhais altamente significativos, sobretudo pelo que eles informam sobre a relação do homem — que erigiu e habitou essa cidade — com a Natureza local e com aquela que ele aí introduziu.

A recuperação dos jardins históricos exige trabalhos que vão desde a pesquisa histórica até o resgate das condições biológicas e ambientais anteriormente existentes e, se necessário e possível, a reintrodução de espécies florísticas e faunísticas originais.

De um trabalho como este podem chegar a participar — num contexto ideal e lógico — profissionais, como historiadores, arqueólogos, naturalistas, fitopatologistas, jardineiros, horticultores, arquitetos, paisagistas, etc. Todavia, apesar dos poucos recursos humanos, financeiros e materiais de nossa coordenadoria, temos prestado assistência técnica de restauração e recuperação como aos jardins do Parque São Clemente e da Praça Getúlio, em Nova Friburgo (RJ); da Casa Benjamin Constant, Casa de Rui Barbosa, dos Museus do Itamaraty, Chácara do Céu, Açude e República, no Rio de Janeiro; Praça do Chafariz, em Goiás Velho (GO) e muitos outros.

Na preservação do patrimônio histórico passa despercebida a importância dos jardins

— O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reiterou, recentemente, o veto à construção do conjunto de edifícios Chácara da Gávea, no Alto da Boa Vista (RJ).

Por ser decisão tomada em virtude do patrimônio natural ali existente, como você analisa esta medida de proteção?

CF — É tão comum vermos os órgãos públicos se omitirem em suas responsabilidades legais sobre os bens de interesse social — sobretudo os naturais — e tão grandes são as pressões econômicas que atuam sobre estes órgãos — até mesmo a nível judicial — que chega a tomar foros de heroísmo a reta ação da SPHAN de reiterar o veto a uma construção ameaçadora do ecossistema e da paisagem de uma floresta por ela tombada. Enquanto a ação governamental não estiver voltada para a conscientização de toda a coletividade, as normas legais, quaisquer leis, não terão força para imporem o que está prescrito, tornando-se, todas elas, folhas mortas, em seu espaço de atuação.

No caso da Chácara da Gávea, o poder da lei estava tão fragilizado, que se não existisse a consciência reivindicatória de uma comunidade, atenta ao frágil sistema, a floresta teria desaparecido. Veja você, a nossa SPHAN/*pró*Memória, um órgão público representando a União Federal, precisou reiterar seu veto, quando, evidentemente, o natural seria que o seu ato de proteção anterior tivesse o valor da força de que estava imbuído, que fosse normalmente respeitado e sequer se cogitasse modificar esta situação, quer por interesse privado, quer por órgão público — que entendesse ser seu objetivo mais importante do que a preservação do local, como, por exemplo, a construção de quatro prédios de até seis andares, do Serpro, dentro da área tombada do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

— Considerado patrimônio cultural da Humanidade, o Parque Nacional do Iguaçu não é tombado a nível nacional. Qual a explicação que você daria para esse fenômeno?

CF — Provavelmente organismos internacionais, menos envolvidos com as questões específicas de cada país e detentores de informações científicas mais precisas, têm uma visão mais inteira da importância dos ecossistemas mundiais. Este foi o caso das Cataratas do iguaçu. Aliás, muito antes de terem sido declaradas patrimônio mundial, no que diz respeito ao território nacional, o lado argentino já estava inscrito na relação do Patrimônio Mundial.

Cabe aqui registrar que aquelas Cataratas integram o Parque Nacional do Iguaçu e já estavam, portanto, protegidas do ponto de vista da legislação nacional. Mas veja o perigo de que estão ameaçados os bens naturais protegidos por várias legislações, ainda que a nível mundial, pois sobre o Parque do Iguaçu pairam objetivamente pressões para a construção de estradas e novas hidroelétricas, à semelhança do que ocorre com dezenas e dezenas de bens naturais do país.

A Noruega é o país onde a questão do patrimônio natural é tratada com maior rigor

— Quais os exemplos que você poderia fornecer de trabalhos de preservação do patrimônio natural em outros países?

CF — A lista é extensa, mas eu chamaria a atenção para o exemplo da Noruega, que é o país onde a questão do patrimônio natural é tratada com maior rigor. Também as nações do leste europeu comunista têm uma ação exemplar, chegando a criar parques com limites que abrangem vários países, a fim de não seccionar a integridade ecológica. Na América Latina, temos a Costa Rica como o melhor exemplo.

Cabe ainda registrar a recuperação da Floresta Negra, na Alemanha, que, no início do século, tinha cerca de 10% de cobertura vegetal e hoje tem 50%. Também gostaria de lembrar, em termos de participação comunitária, o Movimento Chipko Andolan, na Índia, que se iniciou quando aldeões impediram a destruição de sua floresta pelos madeireiros, abraçando as árvores para protegê-las do corte.

Agora, no âmbito restrito dos jardins históricos, os exemplos mais notáveis e que, aliás, constituem fonte significativa de recursos são os jardins de Versailles, na França, o Parque Tivoli, na Itália, alguns jardins de tulipas, na Holanda, os jardins japoneses e, mais do que todos, os jardins ingleses, públicos e particulares, abertos em roteiros especialmente voltados para a visitação pública.

NOTICIÁRIO

Flagrantes do passado

Flagrantes do Passado/n.º 1: Catete e Arredores é o título da obra lançada pelo Museu da República, que retrata as circunvizinhanças do Palácio do Catete na virada do século.

Desenvolvida mediante pesquisa iconográfica, a obra reúne fotos — a maioria de Augusto Malta — pertencentes à Coleção Pereira Passos, sob a guarda do Museu da República, e ao Arquivo da Cidade; além de desenho do artista plástico Ivan Wasth Rodrigues.

Patrocinado pelo Hotel Novo Mundo e com tiragem de 1.300 exemplares, *Flagrantes do Passado/n.º 1: Catete e Arredores* encontra-se à venda na loja do Museu da República, na Rua do Catete, 133, no Rio de Janeiro (RJ), ao preço de Cz$ 850,00.







Patrimônio × chuvas

As chuvas que caíram no final do verão atingiram também o patrimônio histórico e artístico nacional. O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Itu, em São Paulo, teve uma de suas paredes parcialmente destruída no último dia 10 de março, devido a uma infiltração provocada por excesso de água na calha de proteção da fachada.

Construção do século XVIII, o Convento tem sua estrutura em taipa — técnica muito resistente, porém sensível a água. Uma reforma realizada no início do século, que constou de modernização da fachada, resultou na construção de uma platibanda; entre esta e as paredes de taipa foi colocada a calha. Com o passar dos anos, essa solução arquitetônica foi se tornando insuficiente.

Os técnicos da 9ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória providenciaram rapidamente o escoramento das paredes remanescentes do salão, onde funcionava a biblioteca. Estão sendo tomadas também medidas preventivas para evitar maior deterioração do Convento, que, junto à Igreja do Carmo, forma um dos conjuntos arquitetônicos sacros mais importantes do interior de São Paulo. As obras de recuperação deverão estar concluídas em maio próximo.

ONU e UNESCO formando especialistas

Teve início no dia 1º de março, em Salvador, o curso de pós-graduação sobre restauração e conservação de centros históricos, promovido pela Universidade Federal da Bahia. Destinado a profissionais brasileiros e estrangeiros nas áreas de arquitetura e engenharia, conta com o apoio de diversas instituições culturais, entre elas a SPHAN/próMemória e o Projeto Regional PNUD/UNESCO. Os últimos detalhes para sua realização foram acertados no mês de fevereiro com a visita ao Brasil do diretor do Projeto Regional, Professor Sylvio Mutal.

Criado há cerca de dez anos, com o objetivo inicial de promover a integração econômica e cultural dos países andinos, o Projeto Regional, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, abarca hoje 27 países da América latina e Caribe. Sua principal tarefa, à qual o Brasil se aliou há sete anos, vem sendo a formação de quadros profissionais em matéria de conservação e preservação de bens culturais móveis e imóveis.

Segundo o Professor Sylvio Mutal, existem formados atualmente, como resultado do Projeto, aproximadamente 1.500 especialistas em conservação de monumentos e centros históricos, cerâmica, têxteis, metais, pedras, plumas, entre outros tipos de acervos.

Além disso, o Projeto, sediado em Lima, Peru, vem estimulando e apoiando a criação de centros nacionais de conservação, museologia e museografia, em países como o Brasil — exemplo do CECOR — Centro de Conservação e Restauração da UFMG — , Peru, Argentina e Guatemala. Na opinião de Sylvio Mutal, a participação do Brasil no Projeto Regional é de grande valia, "já que neste país a cultura vem extrapolando a produção artística simples ou a preservação patrimonial. O Brasil busca a participação de todos os segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada. Se a nível interno é bom, a nível externo também pode ser". Ele revelou ainda o interesse de que futuramente o projeto tenha sua sede transferida para o Brasil.

O Projeto Regional, segundo o Professor, tem ainda uma importante função como instrumento de apoio à Década do Desenvolvimento Cultural das Nações Unidas e UNESCO — 1988/1997 — , proclamada pela Assembléia das Nações Unidas. Uma das principais participações do Projeto Regional em 1988 será o apoio à SPHAN/próMemória no Ano Nacional do Inventário. Há interesse do Projeto de, junto à instituição, organizar um sistema de inventário básico, comum, pelo menos às cidades consideradas patrimônio da Humanidade, do Brasil e do exterior.

NOTICIÁRIO

Incentivo à preservação

A SPHAN/próMemória, através do Escritório Técnico de Laguna (SC), vem desenvolvendo, desde abril de 1986, o Programa de Conservação e Reparos do Acervo Arquitetônico de Laguna. O Programa consiste em oferecer aos proprietários de imóveis do centro histórico mão-de-obra especializada, gratuita, para realização de obras de emergência em suas casas.

Recentemente, um convênio com base na Lei Sarney possibilitou avanços no desenvolvimento do Programa. Após entendimentos com a Assessoria de Turismo do município, o ET-Laguna e a empresa Serrana Cimento acertaram a doação de cimento para ajudar mais ainda os proprietários de baixa renda. Com esta medida, os interessados em restaurar suas casas terão gastos apenas com areia, cal e tijolos, entre outros materiais mais baratos, sendo beneficiados em cerca de 75% do valor total da obra.

Até o momento 23 casas já foram restauradas pelo Programa. O sucesso da iniciativa é comprovado pelo fato de o ET-Laguna ter até organizado uma fila de espera para os interessados. Atualmente, 11 proprietários esperam a vez para terem suas casas restauradas. O prazo é de cerca de um mês e meio para cada uma.

Musicologia em Ouro Preto

Está previsto para julho próximo o término da catalogação temática da Coleção Musical do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG). Os trabalhos de avaliação da coleção — também conhecida como coleção Curt Lange — foram iniciados em 1985, pelo Maestro Carlos Alberto Baltazar, do Coral de Ouro Preto, sob a orientação do Professor Régis Duprat, da Universidade do Estado de São Paulo.

Constituída por obras dos séculos XVIII e XIX — época do Ciclo do Ouro — , a Coleção está dividida em 689 números, distribuídos em 29 pacotes. Sua ordenação será desdobrada uma vez que a alguns números estão indexadas, em vez de uma, até oito obras; contudo será mantido o mesmo critério adotado pelo pesquisador Curt Lange, pioneiro das descobertas musicológicas em Ouro Preto.

Mistério

Conforme justifica o Maestro Baltazar, o acervo é volumoso e complexo, e ainda não se conhecem os critérios pelos quais os documentos foram aglutinados em pacotes. "Seria a procedência? A ordem cronológica em que foram recolhidos? As fontes?" — arrisca. "Por isso não é possível, ainda, aproximar documentos afins, quando estão sob números diferentes, modificando sua posição no conjunto do acervo" — explica.

Além dos trabalhos de catalogação e inventário, realizados com o apoio de técnicos das áreas de biblioteconomia e restauração do Museu da Inconfidência, vem sendo efetuada, paralelamente, a transcrição das partituras, estando duas, completas, já em ponto de execução.

Este acervo, bem como outros também recolhidos, significam apenas uma pequena parte de uma incalculável herança musical, já conhecida em outros países, mas que, para os nossos pesquisadores, ainda soa como mistério e desafio: a Música Colonial Brasileira.

Traje de gala

A SPHAN/próMemória adquiriu, da Princesa Theresa Maria de Orleans e Bragança, um traje de gala pertencente a sua avó, a Princesa Isabel. O traje custou 40 mil dólares, é composto por um manto de veludo verde, com aplicações em ouro; um vestido também com aplicações em ouro, em duas peças de seda pura, creme, com anáguas em renda; uma combinação de cambraia de linho; e um colete do mesmo tecido do vestido.

Segundo o Diretor do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), Lourenço Lacombe, responsável pelo parecer técnico sobre a autenticidade da vestimenta, esta foi usada em três ocasiões, nas quais a Princesa Isabel, na ausência de seu pai, o Imperador D. Pedro II, prestou juramento como regente do Império: em 1871, 1877 e 1887.

Durante as negociações foi acertada, ainda, a doação, à SPHAN/próMemória, de um missal também pertencente à Princesa Isabel.



Foto: Arquivo E.T. Laguna



Foto: Marc Ferrez

NOTICIÁRIO

Microfilmagem

O Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, desenvolvido pela SPHAN/próMemória e executado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, realizou recentemente o trabalho de microfilmar centenas de títulos de jornais antigos dos Estados do Acre e do Amazonas. Foi resultado de convênios com a Universidade Federal do Acre e com o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

A microfilmagem sistêmica dos títulos envolveu coleções originais de mais de dez instituições e algumas coleções particulares. A vantagem da microfilmagem sistêmica é a reunião de todos os exemplares identificados, no mesmo rolo de microfilme, não importando se a localização física dos originais encontra-se dispersa entre os Estados. Os microfilmes de acesso às coleções encontram-se à disposição dos pesquisadores na própria Biblioteca Nacional e nas instituições participantes do convênio. No entanto, qualquer pessoa interessada poderá solicitar cópia.

Brasília em catálogo

A SPHAN/próMemória, através da Coordenadoria de Referência Cultural, lançou a segunda edição do catálogo *Os cine-jornais sobre o período da construção de Brasília — Acervo do Memorial JK,* realizado pelos cinegrafistas José e Sálvio Silva e no qual está documentado o dia-a-dia da construção da nova capital, as inaugurações, visitas ilustres e principais acontecimentos oficiais do período. O lançamento se deu no dia 24 de março, durante o Seminário "Brasília: Memória, Perfil, Identidade", promovido pela Fundação Educacional do Distrito Federal — que patrocinou a edição do catálogo — e dirigido aos professores da rede oficial de ensino do DF e à comunidade.

O objetivo da publicação — que traz o referenciamento dos cine-jornais, trabalho elaborado pela Coordenadoria de Referência Cultural da SPHAN/próMemória — é constituir-se em fonte documental acessível ao público em geral, aos estudiosos e, principalmente, aos professores da rede escolar. Independentemente dos cine-jornais a que se refere, o catálogo



constituirá importante matéria de estudo e análise, para alunos e mestres, sobre o período inicial da história de Brasília. Por outro lado, servirá de instrumento para a melhor compreensão do sentido da série de documentários em causa, permitindo, também, aos professores e alunos identificarem, sem dificuldade, os trechos em que quiserem se aprofundar durante as aulas.

A iniciativa de oferecer à rede escolar a ampla utilização do catálogo e dos cine-jornais sobre a construção de Brasília inclui-se dentro do esforço mais amplo que se desenvolve no país para garantir à população o acesso aos bens culturais.

Goyaz



Annuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz é o título da publicação que a SPHAN/próMemória, através da sua 8ª Diretoria Regional, em Brasília, está colocando à disposição do público interessado, numa edição fac-similar.

Organizada por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, a publicação, editada pela primeira vez em 1910, traz, em 240 páginas, dados marcantes da história e da geografia do Estado — ilustrados — , com destaque para o acervo cultural e natural. Além disso, curiosidades como a *Folhinha Brazileira,* com os santos do dia, festas e feriados da época.

O livro traz ainda uma seção literária, com textos e poesias de autores goianos e a relação dos cargos públicos e seus ocupantes naquele ano.

Museus nacionais: perfil e perspectivas

Discutir o papel do museu nacional na sociedade brasileira e sua participação no desenvolvimento da nossa museologia. Este é o objetivo principal do Seminário "Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas', que será promovido pela SPHAN/próMemória, de 20 a 24 de junho, no auditório Gilberto Freire, na sobreloja do Palácio Gustavo Capanema — Rua da Imprensa, 16, Rio de Janeiro (RJ).

No seminário serão tomados como estudos de caso os museus Histórico Nacional, Imperial, da República e Nacional de Belas Artes, que terão analisados e discutidos seus objetivos, conceitos e linguagem utilizada, sempre se levando em conta a nossa realidade, a nova museografia e sua adequação a esta realidade. Paralelamente ao evento, estará montada no Salão Carlos Drummond de Andrade, localizado no mesmo prédio, uma exposição sobre esses quatro museus.

Os três primeiros dias do seminário serão abertos ao público, e constituídos por palestras de conferencistas estrangeiros e pela realização de quatro painéis que abordarão, prioritariamente, os subtemas "Museu Hoje: O que é?", "Museu Hoje: Como é?", "Museu Hoje: Para quem?" e "A Contemporaneidade do Muséu: Saídas e Perspectivas".

Já os dois ultimos dias serão reservados para profissionais especializados que, em conjunto com técnicos dos museus em discussão, comporão grupos de estudo para debater as propostas apresentadas, objetivando o aprimoramento, em vários sentidos, dos museus brasileiros.

Os interessados em participar de "Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas" poderão obter maiores informações através dos fones (021) 253-4622, ramal 222, e 263-8959. O número de vagas é limitado.

Cartas

"Tivemos em nossas mãos há alguns dias um exemplar do Boletim SPHAN, *o qual tanto nos impressionou pela qualidade de apresentação e de conteúdo. Gostaríamos de receber os números anteriores, se possível desde o primeiro. (...)."*

— Elza de Matteu — Diretora-responsável — Jornal de Itajubá *— Minas Gerais.*

"(...) Temos a grata satisfação de acusar e ao mesmo tempo agradecer o recebimento do Boletim SPHAN, *assim como manifestamos o interesse deste Instituto em continuar recebendo os demais números."*

— Fernando Figueiredo Porto — Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — Rua Itabaianinha, 41 — Aracaju — Sergipe.

"Como brasileiro e amante da nossa cultura reconheço a importância dessa publicação, que tão bem aborda os trabalhos desenvolvidos na área de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Está de parabéns a equipe, pois as matérias são de alto nível e transmitem uma seriedade pouco vista em outros veículos de comunicação.

Agradeço por continuar a figurar na lista de assinantes do Boletim SPHAN/próMemória *— desde 1984 — e espero que sua circulação continue regularmente."*

— Marcelo Baptista de Figueiredo — Rio de Janeiro — RJ.

"Ao cumprimentá-los cordialmente, comunico o recebimento do belíssimo exemplar do Boletim SPHAN, *pelo qual agradeço."*

— Sedino Vieira — Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos — Rio Grande do Sul.

"Obrigado pelo Boletim. *É muito bom saber que ele voltou a circular."*

— Irapoan Cavalcanti de Lyra — Fundação Legião Brasileira de Assistência — Rio de Janeiro — RJ.

"(...) Venho dedicando grande parte de meu tempo ao estudo de episódios da nossa história. Tenho em mãos o Boletim SPHAN *e estou feliz pela publicação.*

A propósito, lembraria aos ilustres redatores que a cidade de Alexandria abrigou a sede do governo revolucionário de 1817, existindo, ainda bem conservado, o prédio onde funcionou o governo (...)."

— Antônio Fernandes Mousinho — Prefeitura Municipal de Alexandria — Rio Grande do Norte.

"É com enorme interesse que o Conselho de Curadores da Fundação Cultural de Pomerode vem acompanhando o trabalho da SPHAN/pró-Memória, setor de Florianópolis. Igualmente recebeu com entusiasmo a publicação do artigo "Santa Catarina valoriza o patrimônio deixado por imigrantes"; por sinal, um documento bastante oportuno, sabendo-se que a herança cultural européia do Vale do Itajaí vive alheia aos olhos de boa parte da sociedade brasileira.

(...) Pomerode guarda outros importantes legados, além da arquitetura, que merecem igual destaque e atenção do poder público, como forma de implantação dos assim chamados "Roteiros Nacionais de Imigração", cuja proposta foi muito bem colocada pelo arquiteto Dalmo Vieira Filho."

— Ireneu Voigtlaender — Fundação Cultural de Pomerode — Santa Catarina.

"(...) Além de dar continuidade ao processo de comunicação da casa, o Boletim *nos proporcionará, como sempre fez, troca de informações e experiências ricas e preciosas entre os diversos setores e níveis organizacionais da instituição.*

Cumprimento a editora e a equipe pelo evento e, em particular, pela bela edição "Missões 300 Anos". Bons ventos nos levem para melhores caminhos, Abraços."

— Cícero Silva Júnior — Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais — SPHAN/FNPM — Rio de Janeiro — RJ.

"Desejo agradecer-lhes pela atenção da remessa para o nosso Núcleo Museológico Ferroviário do seu Boletim, *e cumprimentá-los pela excelente feição gráfica e padrão jornalístico. Empenhados todos nós na preservação e resgate da memória histórica, o jornal é uma ferramenta indispensável de integração (...).*

Gostaria de solicitar que mais um exemplar fosse enviado, pois é nosso interesse divulgar amplamente, para todo o meio ferroviário, as atividades desenvolvidas no âmbito da preservação, inclusive para os turistas que visitam os nossos museus ferroviários de Belo Horizonte e São João Del-Rei."

— Gentil José dos Santos — Dept.º de Comunicação Social — Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A. — Belo Horizonte — MG.

N.R. — O *Boletim SPHAN/pró-Memória* agradece a alentada correspondência recebida e compromete-se em atender a todas as solicitações apresentadas.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
Celso Furtado

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA
Oswaldo de Campos Melo

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO
Sylvio Clemente da Motta

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO
Geísa Martins